

ENTREVISTA

Ministra Nilcéa Freire conta
o que o governo está fazendo
para combater a desigualdade

Mátria

A emancipação da mulher



ADOLESCÊNCIA

Pesquisa mostra que todos os anos 700 mil garotas se tornam mães precoces

MÍDIA

Da TV ao outdoor, imagem da mulher é reduzida à apelo de vendas ou objeto sexual

ECONOMIA

Números revelam contornos femininos da pobreza no Brasil

REPORTAGENS

SAÚDE

Pobreza e ignorância matam mulheres 02

VIOLÊNCIA SEXUAL

Contra a violência, CUT forma líderes e fiscaliza ambiente de trabalho 07

ASSÉDIO

Assédio moral preocupa especialista 09

CARTA MUNDIAL

Marcha de Mulheres divulga carta para a humanidade 11

ELEIÇÕES

Participação na vida política do País ainda é pequena 13

EDUCAÇÃO

Lição de convivência 15

MÍDIA

Meios de comunicação de massa desvalorizam a imagem feminina 23

ADOLESCÊNCIA

Cresce gravidez na adolescência 27

POBREZA

Mulheres ainda são as maiores vítimas da pobreza e do abandono 33

LINGUAGEM

Idioma ajuda a superar preconceitos 37

ARTIGOS

Mulher: saúde e políticas
Clair Castilhos Coelho 05

O Feminismo na escola
Jô Moraes 17

A sexualidade invade a escola
Olivia Rangel Jofilly 31

Feminismo e o preconceito na Língua Portuguesa
Raquel Felau Guisoni 38

ENTREVISTA

Plano Busca Igualdade de gêneros", diz Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres 19

PERFIL

Loreta Valadares é exemplo de luta feminista 40

A CNTE autoriza a reprodução do conteúdo desta revista com a devida citação da fonte.



1, 2, 3 e...

Revista *Mátria* chega à terceira edição ainda mais comprometida com a construção da igualdade de gêneros

A revista *Mátria* chega à sua terceira edição ainda mais comprometida com a emancipação das mulheres, combatendo a opressão e discriminação de gênero, raça/etnia e classe.

Entendemos ser necessária a luta diária e persistente, sem perder a esperança, unindo mulheres e homens até alcançar uma nova sociedade igualitária e sem qualquer opressão e discriminação.

Nesta edição, é analisada a situação das mulheres na mídia, nos meios de comunicação constatando que ainda são desvalorizadas. Os problemas em relação à saúde, à violência sexual e o assédio moral, mesmo que com avanços ainda persistem na vida das mulheres. Temos artigos com temas pouco debatidos entre nós, como a sexualidade e a linguagem preconceituosa em relação as mulheres e outro de aprofundamento teórico – Feminismo na escola.

Temos a Carta Mundial das Mulheres para Humanidade a ser divulgada no 8 de março – Dia Internacional da Mulher. E a apresentação, em entrevista com a ministra Nilcéa, do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres,

Esperamos que este exemplar passe de mão em mão e contribua para melhor compreensão teórica e ajude as ações para avançar a luta pela emancipação das mulheres.

Boa leitura e boa luta!

Pobreza e desinformação matam mulheres

Doenças cardiovasculares são as maiores causas de mortalidade, mas o elevado percentual de mortes no parto ou na gestação mostram que baixo grau de informação e precárias condições sócio-econômicas são, em pleno século XXI, ainda grandes vilões da saúde feminina

A mulher brasileira está morrendo de pobreza e desinformação. Por um lado, as doenças cardiovasculares, típicas de sociedades ricas, são as maiores causas de mortalidade, respondendo por 31,9% dos óbitos registrados em 2002 entre as mulheres em idade fértil (dos 10 anos aos 49 anos), destacando-se o Acidente Vascular Cerebral (AVC), com 50,1%; e o infarto agudo do miocárdio, com 46%. Por outro lado, o parto, a gestação e o puerpério (período até 42 dias após o parto) foram responsáveis por expressivos 63,8% dos casos de morte entre as mulheres no ano de 2001.

Segundo o Ministério da Saúde, esses percentuais revelam uma realidade preocupante. Afinal, a mortalidade materna, por exemplo, é um bom indicador para avaliar as condições gerais de saúde da população e, quando é elevada, fatores como precárias condições sócio-econômicas, baixo grau de informação e instrução são características comuns à população afetada.

Para tentar mudar esse quadro, o governo lançou, no ano passado, a Política Nacional de Atenção à Saúde da Mulher, que acrescenta ações importantes ao antigo Pro-



Isa Paula Abreu, do Ministério da Saúde, explica que levar em conta diferenças étnicas e sociais da população feminina ajuda a detectar a causa do problema de saúde

grama de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em prática desde 1984. Agora, a atenção à saúde da mulher terá uma postura profissional humanizada; uma adequação às novas realidades – a exemplo da maior incidência de Aids e da violência contra a mulher –; além da atenção às diferenças étnicas, raciais, sócio-econômicas e culturais.

A técnica da Área de Saúde da Mulher, do Ministério da Saúde, Isa Paula Abreu, não sabe dizer quando essa nova abordagem trará resultados, mas garante que é uma ação vista com muito entusiasmo pelos profissionais do setor. “Levar em consideração as diferenças sociais e culturais é uma boa maneira de encontrar a causa de determinadas doenças. Por exemplo, a mulher pode ter problemas sérios de corrimento ou ser portadora de uma doença sexualmente transmissível por estar sofrendo

violência sexual. Sabendo disso, o médico poderá orientar melhor a paciente”, explicou.

Com essa nova abordagem, um dos principais objetivos do Ministério da Saúde é reduzir a mortalidade materna em 15% até o fim de 2006. “Duas mil mulheres morrem por ano por causa de problemas relacionados ao parto, à pós-gravidez ou por conta de abortos mal-sucedidos”, conta Isa Paula Abreu, acrescentando que 90% dessas mortes seriam evitáveis.

Para as entidades feministas, o aperfeiçoamento do PAISM foi importante, já que é uma das mais antigas bandeiras de luta do movimento feminista. O Centro Feminista de Estudos e Assessoramento (Cfemea), porém, chama a atenção para a necessidade de transparência para que a sociedade possa acompanhar a realização dos compromissos assumidos pelo governo.



Peças publicitárias visam chamar a atenção para o problema da mortalidade materna e neonatal

- *Serviço:*
Ministério da Saúde – (61) 315-2626/ 2627.
Rede Feminista de Saúde
www.redesaude.org.br
Equipe do DST/Aids 0800 61 19 97 ou
www.aids.gov.br.

Percentual de mortalidade

Pesquisa realizada em 2002 com mulheres de 10 a 49 anos. Dentro dos grandes grupos de enfermidades, destacam-se, entre as doenças infecciosas, a Aids, com 3,9%; entre as neoplasias, os cânceres de mama e de colo uterino, com 9,9% e 4,8%, respectivamente; e, entre as enfermidades cardiovasculares, o AVC e as doenças do coração, que aparecem com 50,1% e 46% dos casos. Acidentes de transporte, com 18%; homicídios, com 27,8%; e os suicídios, com 14,6% são as principais causas externas

Doenças cardiovasculares	31,9%
Neoplasias	15,2%
Causas externas	14,6%
Doenças do aparelho respiratório	10,9%
Doenças infecciosas e parasitárias	5,5%
Afecções originadas no período perinatal	4,2%*
Demais causas	17,7%

* Taxa de mortalidade materna, que ocorre no período da gestação, do parto ou do puerpério (período de até 42 dias após o parto), segundo pesquisa realizada em 2001.

Fonte: Ministério da Saúde.

Maioria apóia aborto de feto sem cérebro



Marco Aurélio Mello concedeu liminar autorizando as mulheres grávidas de fetos com anencefalia a antecipar o parto. Medida, porém, durou apenas quatro meses

Pesquisa realizada pelo Ibope, no final de 2004, revelou que 80% dos brasileiros consideram “uma tortura” impedir que uma mulher possa fazer aborto quando o feto sofre de anencefalia, doença na qual o bebê é formado sem cérebro e que, geralmente, resulta em uma gestação marcada por riscos e sofrimentos.

Antes disso, em junho do mesmo ano, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Saúde e Seguridade Social (CNTSS) havia entrado com ação no Supremo Tribunal de Federal (STF) propondo o direito ao aborto nesses casos, o que na opinião de entidades ligadas à ONU, como a Rede

Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, seria um avanço importante na luta pelos direitos feministas.

A ação foi motivada por duas causas: por ser uma entidade que defende os direitos dos trabalhadores da área da saúde, a CNTSS conhece muito bem as dificuldades que os profissionais do setor enfrentam quando atendem pacientes grávidas de bebês com esse tipo de anomalia.

Já em julho de 2004, o ministro Marco Aurélio Mello, STF, concedeu liminar autorizando as mulheres grávidas de fetos com

anencefalia a antecipar o parto, o que desobrigou os profissionais de saúde a tentar obter autorização judicial para realizar os procedimentos clínicos. Mas a liminar, já cassada, vigorou por quatro meses, e agora a CNTSS aguarda a decisão final do STF, que deve ser proferida neste semestre.

O outro motivo para a ação é a defesa da sociedade brasileira. As mães de fetos com anencefalia são obrigadas a levar a diante uma gestação que, na maioria dos casos, não completa os nove meses. Por causa disso, mais de 50% dessas mulheres procuram uma alternativa clandestina de fazer aborto.

Mulher: Saúde e Políticas

Clair Castilhos Coelho *



A luta das mulheres por sua emancipação e cidadania atravessou os séculos e sempre teve como um de seus focos a saúde.

No Brasil essas ações foram direcionadas ao setor público e após a Constituição de 1988 ao Sistema Único de Saúde - SUS.

A partir dos anos 90 do século passado a implementação das políticas de ajuste estrutural, de cunho neoliberal, principalmente, colocaram o SUS na contramão das políticas governamentais. O SUS, que tem como princípios, a universalidade, equidade e integralidade, não é compatível com governos estruturados sob a égide da exclusão e da desigualdade.

Durante os anos 90 a tática dos movimentos sociais foi de resistência para conter a desestruturação do SUS e o desmonte do Estado mediante as privatizações, o sucateamento dos serviços e a “satanização” dos servidores públicos.

O reflexo dessas políticas foi devastador. Foram seriamente prejudicadas as propostas que tinham como princípio a universalidade da atenção, aí incluídas não só as políticas de saúde mas, também, as de assistência social. Até hoje, essas práticas são mantidas. No Estado capitalista, portanto um estado burguês, os fundos pú-

blicos, resultantes dos impostos e demais fontes de receita da república, são destinados ao financiamento do capital. A luta dos movimentos sociais é disputar parcelas destes fundos públicos destinando-as à área social e aos trabalhadores. É uma operação conflitiva, política e ideológica.

Historicamente, as políticas de saúde da mulher são vinculadas à maternidade e à infância, os conhecidos “Programa Materno-Infantil”. O movimento feminista lutou sempre por programas destinados à promoção, proteção e recuperação dos corpos femininos, independentes do período reprodutivo/gestacional.

Em 1983 foi implantando o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Um conjunto de estratégias que atuavam em todo o ciclo vital da mulher. Não durou mais do que 10 anos. Atualmente, o foco está voltado para o Programa de Saúde da Família (PSF) outra estratégia perigosa, para as mulheres, pois as dilui no interior da família patriarcal, machista e nuclear.

Apesar deste quadro aconteceram avanços importantes.

Nos dias de hoje, no Brasil, está sendo implementada pelo Ministério da Saúde, através da Área Técnica da Saúde da Mulher, uma Política Nacional de Atenção Inte-

gral à Saúde da Mulher. Um conjunto de Princípios e Diretrizes e um Plano de Ação previsto até 2007.

Estas ações programáticas visam reduzir as principais causas de adoecimento e morte das mulheres. Segundo os dados apresentados no Plano do Ministério da Saúde, no Brasil, as principais causas de morte da população feminina são as doenças cardiovasculares, destacando-se o infarto agudo do miocárdio e o acidente vascular cerebral; as neoplasias, principalmente o câncer de mama, de pulmão e o de colo do útero; as doenças do aparelho respiratório, marcadamente as pneumonias (que podem estar encobrendo casos de AIDS não diagnosticados); as doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas, com destaque para o diabetes; e as causas externas.

Outro aspecto que chama a atenção é que a mortalidade ligada ao ciclo gravídico puerperal e ao aborto não aparece entre as dez primeiras causas de óbito nessa faixa etária. No entanto, a gravidade do problema é evidenciado quando se observa que a gravidez é um evento relacionado à vivência da sexualidade, portanto não é doença, e que, em 92% dos casos, estas mortes maternas são evitáveis. Outro dado assustador é

que alguns estudos mostram que grande parte das mulheres que morrem de causas ligadas ao parto realizaram o pré-natal, o que remete à qualidade dos serviços prestados, além disso há uma alta incidência de sífilis congênita, 12 casos/1000 nascidos vivos, no SUS, a hipertensão arterial é a maior causa de morte materna e apenas 41,01% das gestantes inscritas no Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento receberam a segunda dose de vacina anti-tetânica.

O aumento da incidência de DST/AIDS atinge níveis preocupantes e a transmissão heterossexual é uma das principais vias, notadamente mulheres monogâmicas, casadas, pobres, residentes em cidades de porte médio e interior. Isso caracteriza a interiorização e pauperização da epidemia, segundo o já citado documento do MS.

Aliada a toda essa situação descrita ainda temos graves problemas relacionados às mulheres negras, índias, lésbicas, trabalhadoras rurais e urbanas, adolescentes, as vítimas de violência doméstica, de assédio sexual, com especificidades de morbo-mortalidade que na maioria das vezes não são consideradas quando do planejamento e implementação das ações de promoção, proteção e recuperação da saúde.

Na verdade, quando é analisado o perfil epidemiológico das mulheres brasileiras, fica evidente que as maiores causas de adoecimento e morte, são a pobreza, o preconceito, a discriminação, a medicalização do corpo

e a precariedade da assistência. Fatores estes que são intensificados e agravados quando se considera a política econômica adotada nas últimas décadas.

A covarde subserviência ao capital financeiro, nacional e internacional, que resulta numa desumana inversão de prioridades colocando a saúde e o bem estar do povo como valores que podem ser

“Na verdade, quando é analisado o perfil epidemiológico das mulheres brasileiras, fica evidente que as maiores causas de adoecimento e morte, são a pobreza, o preconceito, a discriminação, a medicalização do corpo e a precariedade da assistência”

negligenciados em favor de acordos internacionais com o FMI e o Banco Mundial.

Segundo a visão desses organismos internacionais a saúde trata-se de bem privado que os indivíduos se apropriam em quantidades variáveis.

A saúde é uma responsabilidade privada, uma mercadoria, que as pessoas adquirem mediante pagamento, portanto quem tem mais

dinheiro compra mais saúde. Ao Estado cabe garantir aqueles serviços que não interessam ao setor privado por falta de rentabilidade ou aos quais o indivíduo não tem recursos para comprar.

Não cabe nesta perspectiva a noção de direito à saúde.

A assistência para os pobres (na maioria mulheres) se realizaria com um mínimo de ações essenciais que não alteram a condição social de pobreza. As desigualdades sócioeconômicas regionais do país, a iniquidade de gênero, classe e etnia são fatores determinantes de risco enfrentados pelas mulheres na sua vida em geral e na reprodutiva em especial.

Para transformar essa situação é importante entender o papel estratégico e tático que a busca da saúde, como direito de todos e dever do estado, pode assumir, como prática de luta, em todos os espaços, em todos os momentos.

O artigo 196 da Constituição da República, de 1988, nos permite afirmar: “Asaúde não é um conceito abstrato. Define-se no contexto histórico de determinada sociedade e num dado momento do seu desenvolvimento, devendo ser conquistada pela população em suas lutas cotidianas”.

** Farmacêutica-Bioquímica,
Mestre em Saúde Pública, Professora da UFSC*

Contra a violência, CUT forma líderes e fiscaliza ambiente de trabalho

Campanha Nacional, lançada em novembro, visa estimular a participação dos sindicatos



O primeiro passo para se alcançar a igualdade de oportunidades é discutir a violência contra a mulher, afirma Maria Edinalva, secretária da CUT

Pesquisa do Ibope, elaborada pelo Instituto Patrícia Galvão, mostra que 50% dos brasileiros acham que a violência doméstica é o problema que merece mais atenção do governo. Não é pra menos; afinal, uma em cada cinco mulheres já sofreu algum tipo de violência doméstica. A Fundação Perseu Abramo assegura que a cada 15 segundos uma

mulher é agredida no Brasil. Por isso, estima-se que mais de dois milhões de mulheres sejam espancadas a cada ano.

Preocupada em ajudar a reverter esse quadro, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) lançou, em novembro do ano passado, a Campanha Nacional de Combate à Violência Contra as Mulheres, cuja primeira ação foi a realização

da Oficina de Líderes Sindicais para estimular a participação dos sindicatos. Ao todo, mais de cem pessoas participaram do trabalho, ao qual se seguiu seminário nacional para debater o tema e no qual a campanha foi lançada. O projeto da CUT será desenvolvido até o final de 2006.

“Discutir a violência contra a mulher é o primeiro passo para

se alcançar a igualdade de oportunidades. A violência doméstica também influi na produtividade da mulher. Por isso, a CUT trata do tema de forma sempre voltada para o trabalho”, diz Maria Edinalva Bezerra de Lima, Secretária Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT para justificar a intervenção de uma central sindical nesse assunto.

Para este ano, a meta da CUT é firmar parcerias para a criação de grupos de monitoramento com a intenção de supervisionar a qualidade de vida no trabalho, caso em que os homens também seriam atendidos. Apesar disso, o objetivo da ação é confirmar, mais uma vez, que as mulheres que sofrem com a violência têm a vida profissional mais afetada. Por isso, outro caminho traçado pela Campanha, para este ano, é a inclusão do tema nas cláusulas dos acordos coletivos. “A questão do assédio sexual já está incluída nos acordos. Agora, queremos mostrar que o assédio moral e a violência doméstica também devem ser levados em consideração quando o assunto é produtividade de mulher no trabalho”, informou a secretária.

“Leia mais sobre assédio moral na página seguinte”

• *Serviço:*

Projeto Política de Combate à Violência Contra a Mulher no Trabalho:

(11) 2108-9116/ 9282 ou snmt@cut.org.br.

Informações gerais:

www.violencia.org.br.

Fundação Perseu Abramo:

www.fpa.org.br

Os números da preocupação

Mais da metade dos entrevistados de 16 a 24 anos preocupam-se com a violência dentro de casa. Entre a população da 5ª a 8ª séries, o percentual é de 53%, enquanto que por regiões o maior percentual é de 62% no Norte e no Centro-Oeste.

Idade

16 a 24 anos	51%
25 a 34 anos	55%
35 a 49 anos	46%
Mais de 50 anos	49%

Grau de instrução

Até 4ª série	49%
5ª a 8ª série	53%
Ensino Médio	50%
Ensino Superior	47%

Região

Norte/ Centro-Oeste	62%
Nordeste	53%
Sudeste	47%
Sul	45%

Fonte: Pesquisa Ibope 2004 – Instituto Patrícia Galvão; e Fundação Perseu Abramo.

Assédio moral preocupa especialista

Difícil de identificar e de comprovar, agressão ocorre com mais frequência no local de trabalho e quando há uma relação de subordinação entre as partes. Mulheres são as maiores vítimas e muitas vezes precisam de acompanhamento especial para superar o trauma

Uma cantada inconveniente ou uma ousada demonstração de interesse podem ser definidas como assédio sexual. Mas outro tipo de desrespeito ao próximo, pouco conhecido pelas pessoas, vem preocupando a sociedade: o assédio moral. “O assédio moral está presente quando há uma pressão contra os valores, as crenças e a capacidade do indivíduo”, explicou Ricardo Magalhães, pesquisador associado da Universidade de Brasília (UnB) e doutorando em psicologia do trabalho.

O assédio sexual está, há muito tempo, em debate na sociedade. Por isso, a população conhece bem as atitudes que caracterizam tal agressão. O assédio moral, por sua vez, é mais delicado de identificar e comprovar, mas o pesquisador dá algumas dicas importantes. “No assédio moral, como o próprio nome indica, estão relacionadas questões morais, de caráter e até de cultura”, justificou ele.

Assim como no assédio sexual, as mulheres também são as principais vítimas do assédio moral. “Ainda não há um estudo com números precisos sobre o assunto, mas sabe-se que as delegacias especializadas da mulher são as que mais recebem reclamações desse tipo”, garantiu Magalhães.



Ricardo Magalhães, pesquisador da UnB, explica que, muitas vezes, vítimas de assédio moral precisam de um acompanhamento psicológico para superar a agressão

Descriminação na ponta da língua

“Você não consegue aprender as coisas mais simples! Até uma criança faz isso! É melhor você desistir! Isso não é para gente como você!
A empresa não é lugar para doente. Aqui você só atrapalha!
Se você não quer trabalhar, por que não dá o lugar pra outro?
Não vou te dar folga. Escolha se quer trabalhar ou tomar conta do filho!
Se você não tem capacidade, por que não fica em casa?
É melhor você pedir demissão. Está indo muito a médicos! Que frescura é essa?
Você me enganou com seu currículo. Não sabe fazer metade do que disse...”

Luana não conseguiu que a justiça reparasse o sofrimento pelo qual passou durante o período em que sofreu assédio moral. Depoimento de colega a traíu

O assédio moral acontece com mais frequência no ambiente de trabalho, principalmente na relação de subordinação. “As vítimas devem procurar qualquer delegacia para fazer a denúncia. É importante ter uma testemunha do fato. Em alguns casos, é aconselhável, inclusive, um acompanhamento terapêutico”, disse Ricardo Magalhães. Há entidades que trabalham no apoio das vítimas do assédio moral (ver Serviço).

O comprometimento com a cidadania e o conhecimento dos direitos são alguns motivos que levaram a sociedade a discutir as questões que envolvem o assédio moral. A partir daí, começaram a perceber que podem exigir que os outros respeitem a maneira de pensar e de agir de cada um. A humilhação repetitiva e de longa

duração interfere na vida dos trabalhadores e trabalhadoras, comprometendo sua identidade, dignidade e relações afetivas e sociais.

Para exemplificar um caso de assédio moral, o pesquisador Ricardo Magalhães cita o livro *Aprisionado Pelos Ponteiros de um Relógio*, de Elizabeth Antunes. “Nesse caso, o vigia recebe de seu chefe um relógio com o qual ele tinha de bater o cartão de hora em hora para mostrar que ele não havia dormido durante a noite. Não deu outra, foi preciso um acompanhamento psicológico para ajudar o vigia a se recuperar da agressão”, concluiu.

• Serviço

Mais informações nos sites
www.assediomoral.org ou
www.spmulheres.gov.br.

Traição cega justiça

Para a secretária Luana (nome fictício), 30 anos, a Justiça faltou. Ela trabalhava numa loja de sapatos, quando a nova gerente começou a persegui-la. “Ela queria que eu mudasse meu horário sem me dar um tempo para me organizar”, conta. Luana lembra que, entre outras maldades, a gerente sempre dizia a quem ligava que ela estava ocupada, mesmo quando não estava. O que frustrou a ação judicial foi o depoimento de um colega. “Ele viu tudo o que eu passei, disse que me ajudaria. Só que na hora da audiência negou tudo. Ele foi comprado ou ameaçado”.

Marcha de Mulheres divulga Carta Mundial para a Humanidade

A Marcha Mundial das Mulheres divulgará no dia 8 de março, simultaneamente em diversos países, a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade: um apelo à igualdade, solidariedade, liberdade, justiça e paz

Nós, as mulheres, há muito tempo marchamos para denunciar e exigir o fim da opressão que vivemos por sermos mulheres e, para afirmar que a dominação, a exploração, o egoísmo e a busca desenfreada do lucro produzem injustiças, guerras, ocupações, violências e devem acabar.

Das nossas lutas feministas e das lutas de nossas antepassadas de todos os continentes, nasceram novos espaços de liberdade para nós, para nossas filhas e filhos para todas as crianças que, depois de nós, caminharão sobre a terra.

Estamos construindo um mundo no qual a diversidade é uma virtude; tanto a individualidade como a coletividade são fontes de crescimento; onde as relações fluem sem barreiras; onde a palavra, o canto e os sonhos florescem. Esse mundo considera a pessoa humana como uma das riquezas mais preciosas. Um mundo no qual reinam a igualdade, a liberdade, a solidariedade, a justiça e a paz. Este mundo nós somos capazes de criar.

Constituímos mais da metade da humanidade. Damos a vida, trabalhamos, amamos, criamos, militamos, nos divertimos. Garantimos atualmente a maior parte das tarefas essenciais para a vida e a continuidade da humanidade.

No entanto, nessa sociedade continuamos sendo oprimidas.

A Marcha Mundial das Mulheres, da qual fazemos parte, identifica o patriarcado como sistema de opressão das mulheres e o capitalismo como sistema de exploração de uma imensa maioria de mulheres e homens por parte de uma minoria.

Esses sistemas se reforçam mutuamente. Eles se enraízam e se conjugam com o racismo, o sexismo, a misoginia, a xenofobia, a homofobia, o colonialismo, o imperialismo, o escravismo e o trabalho forçado. Constituem a base dos fundamentalismos e integristas que impedem às mulheres e aos homens serem livres. Geram pobreza, exclusão, violam os direitos dos seres humanos, particularmente os das mulheres, e põem a humanidade e o planeta em perigo.

NÓS REJEITAMOS ESSE MUNDO!

Propomos construir outro mundo, onde a exploração, a opressão, a intolerância e as exclusões não existam mais; onde a integridade, a diversidade, os direitos e liberdades de todas e todos são respeitados.

Esta Carta se baseia nos valores de igualdade, liberdade, solidariedade, justiça e paz.



IGUALDADE

1. Todos os seres humanos e todos os povos são iguais, em todos os domínios e em todas as sociedades. Eles têm igual acesso às riquezas, à terra, a um emprego digno, aos meios de produção, a uma moradia adequada, à educação de qualidade, à formação profissional, à justiça, a uma alimentação saudável, nutritiva e suficiente, a serviços de saúde física e mental, à segurança durante a velhice, a um meio ambiente saudável, à propriedade, a funções de representação política e de tomada de decisões, à energia, à água potável, ao ar puro, aos meios de transporte, às técnicas, à informação, aos meios de comunicação, ao lazer, à cultura, ao descanso, à tecnologia e às inovações científicas.

2. Nenhuma condição humana ou condição de vida justifica a discriminação.

3. Nenhum costume, tradição, religião, ideologia, nenhum sistema econômico ou político justificam que uma pessoa seja posta em situação de inferioridade, nem permitir atos que ponham em perigo sua dignidade e integridade física e psicológica.

4. As mulheres são cidadãs de pleno direito, antes de serem cônjuges, companheiras, esposas, mães, trabalhadoras.

5. As tarefas não remuneradas, ditas femininas, que garantem a vida e a continuidade da sociedade (trabalhos domésticos, educação, cuidado das crianças e dos familiares) são atividades econômicas que criam riqueza e que devem ser valorizadas e partilhadas.

6. Os intercâmbios comerciais entre países são equitativos e não são prejudiciais ao desenvolvimento dos povos.

7. Cada pessoa tem acesso a um trabalho remunerado justamente, efetuado em condições seguras e salubres que a permitam viver dignamente.

LIBERDADE

1. Todo ser humano vive livre de todo tipo de violência. Nenhum ser humano pertence a outro. Nenhuma pessoa pode ser objeto de escravidão, ser forçado ao casamento, ser submetida a trabalhos forçados, ser objeto de tráfico e de exploração sexual.

2. Cada pessoa goza de liberdades coletivas e individuais que

garantem sua dignidade, em especial: liberdade de pensamento, de consciência, de crença, de religião; de expressão, de opinião; de viver livremente e de maneira responsável sua sexualidade, de escolher a pessoa com quem partilhar sua vida; de votar, de ser eleita, de participar na vida política; de se associar, se reunir, se sindicalizar, se manifestar; de escolher seu domicílio, sua nacionalidade, de escolher seu estado civil; de seguir os estudos de sua escolha, de escolher sua profissão e exercê-la; de se mudar, de dispor de sua pessoa e de seus bens; de escolher seu idioma de comunicação respeitando as línguas prioritárias e decisões coletivas quanto à língua de uso e de trabalho; de se informar, de aprender coisas novas, trocar idéias e ter acesso às tecnologias de informação.

3. As liberdades se exercem na tolerância e no respeito à opinião de cada pessoa, e dentro de parâmetros democráticos e participativos. As liberdades acarretam responsabilidades e deveres para com a comunidade.

4. As mulheres tomam livremente as decisões no que se refere ao seu corpo, sua sexualidade e sua fecundidade. Elas decidem por si mesmas ter ou não filhos.

5. A democracia se exerce se há liberdade e igualdade.

SOLIDARIEDADE

1. A solidariedade internacional é promovida entre as pessoas e os povos sem nenhum tipo de manipulação ou influência.

2. Todos os seres humanos são interdependentes. Partilham o dever e a vontade de viver juntos, de construir uma sociedade generosa, justa e igualitária, baseada no exercício dos direitos humanos, isenta de opressão, de exclusões, de discriminações, de intolerância e de violências.

3. Os recursos naturais, os bens e os serviços necessários para a vida de todas e de todos são bens e serviços públicos de qualidade aos quais cada pessoa tem acesso de maneira igualitária e equitativa.

4. Os recursos naturais são administrados pelos povos que vivem nos territórios onde eles se encontram, de respeitando o meio ambiente e atuando para sua preservação e sustentabilidade.

5. A economia de uma sociedade está a serviço daquelas e daqueles que a compõem. Ela é dirigida à produção e intercâmbio das riquezas socialmente úteis, que são distribuídas entre todas e todos, que garantem principalmente a satisfação das necessidades coletivas, eliminam a pobreza e asseguram um equilíbrio entre o interesse geral e os interesses individuais. Ela garante a soberania alimentar. Ela se opõe à busca exclusiva do lucro e à acumulação privada dos meios de produção, das riquezas, do capital, das terras, das tomadas de decisão nas mãos de alguns grupos ou de algumas pessoas.

6. A contribuição de cada uma e de cada um para a sociedade é reconhecida e independente da função que ocuparem todas as pessoas gozam de direitos sociais.

7. As manipulações genéticas são controladas. Não existe direito de propriedade sobre o ser vivo nem sobre o genoma humano. A clonagem humana é proibida.

JUSTIÇA

1. Todos os seres humanos, independente de seu país de origem, de sua nacionalidade e de seu lugar de residência, são considerados cidadãos e cidadãos com plenos direitos humanos (direitos sociais, econômicos, políticos, civis, culturais, sexuais, reprodutivos, ambientais) de forma realmente democrática igualitária e equitativa.

2. A justiça social se baseia em uma redistribuição equitativa das riquezas, que elimina a pobreza, limita a riqueza e garante a satisfação das necessidades essenciais da vida, e que visa à melhoria do bem-estar de todas e todos.

3. A integridade física e moral de todas e todos é garantida. A tortura, os tratamentos humilhantes e degradantes são proibidos. As agressões sexuais, o estupro, as mutilações genitais femininas, as violências específicas contra as mulheres e o tráfico sexual e o tráfico de seres humanos são considerados crimes contra a pessoa e contra a humanidade.

4. Um sistema judiciário acessível, igualitário, eficaz e independente é instaurado.

5. Cada pessoa goza da proteção social necessária para garantir seu acesso à alimentação, ao cuidado, à atenção à saúde, à habitação adequada, à educação, à informação, e à segurança durante a velhice. Ela

tem acesso à renda suficiente para viver dignamente.

6. Os serviços de saúde e sociais são públicos, acessíveis, de qualidade, gratuitos para todos os tratamentos, todas as pandemias, particularmente para HIV.

PAZ

1. Todos os seres humanos vivem em um mundo de paz. A paz resulta em particular da: igualdade entre os sexos, da igualdade social, econômica, política, jurídica e cultural, do respeito aos direitos, da erradicação da pobreza que assegure a todas e todos uma vida digna, isenta de violência, onde cada pessoa tem um trabalho e recursos suficientes para se alimentar, ter moradia, se vestir, se instruir, estar protegido na velhice, ter acesso aos cuidados necessários.

2. A tolerância, o diálogo, o respeito da diversidade são garantias da paz.

3. Todas as formas de dominação, de exploração e de exclusão de parte de uma pessoa sobre outra, de um grupo sobre outro, de uma minoria sobre uma maioria, de uma maioria sobre uma minoria, de uma nação sobre outra são excluídas.

4. Todos os seres humanos têm o direito de viver em um mundo sem guerra e sem conflito armado, sem ocupação estrangeira nem base militar. Ninguém tem direito sobre a vida ou morte das pessoas ou dos povos.

5. Nenhum costume, tradição, ideologia, religião, sistema econômico nem político justificam violências.

6. Os conflitos armados ou não entre os países, comunidades ou povos são resolvidos pela negociação que permite encontrar soluções pacíficas, justas e equitativas em nível nacional, regional e internacional.

CHAMADO

Esta Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade faz um chamado a todas as mulheres e homens e a todos os grupos oprimidos do planeta a proclamarem individual e coletivamente seu poder para transformar o mundo e modificar radicalmente as relações existentes e transformá-las em relações baseadas na igualdade, na paz, na liberdade, na solidariedade e na justiça.

Ela chama todos os movimentos sociais e a todas as forças sociais a agir para que os valores que defendemos nesta Carta sejam verdadeiramente postos em prática, e para que as instâncias de poder político tomem todas as medidas necessárias para sua aplicação.

Ela faz um chamado à ação imediata para mudar o mundo!

(Footnotes)

1 Nenhum elemento desta Carta pode ser interpretado ou utilizado para emitir opiniões ou realizar atividades contrárias ao espírito da mesma. Os valores aqui defendidos formam um conjunto e são iguais em importância, interdependentes e indivisíveis; podendo apenas intercambiar o lugar que ocupam na Carta.

Participação na vida política do País ainda é pequena

Número de vereadoras eleitas cresceu apenas um ponto percentual na última eleição



Almira Rodrigues esperava uma participação maior, mas redução do número de cadeiras acirrou a concorrência e dificultou uma participação maior nos legislativos municipais

A participação das mulheres na vida política dos municípios passou de 11,6%, nas eleições de 2000, para 12,6% no pleito do ano passado. Os percentuais representam o número de candidatas que conseguiram se eleger para as câmaras municipais e refletem um avanço tímido e insuficiente para representar uma parcela da sociedade que corresponde a mais de 50% da população. Para os especialistas, o crescimento, de um ponto percentual, é relativo e irrisório, principalmente quando se constata que o número absoluto de mulheres nas câmaras diminuiu

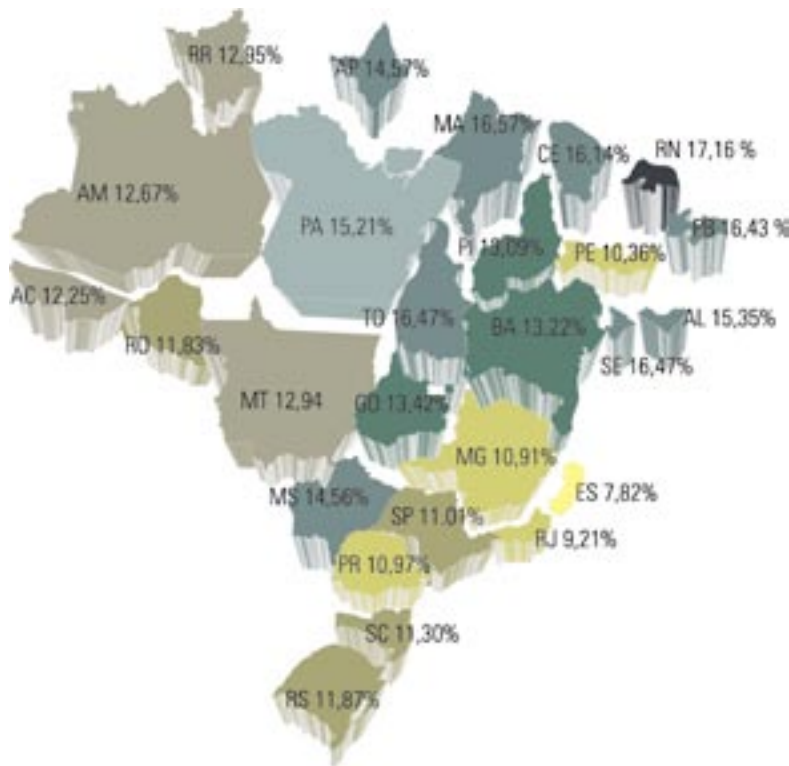
de 7 mil, em 2000, para 6,570 mil, no ano passado.

De acordo com Almira Rodrigues, diretora colegiada do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), o resultado foi provocado pela redução de oito mil cadeiras nas câmaras municipais. “Eu acreditava numa participação muito mais expressiva. Mas ter menos vagas significa ter uma concorrência maior para a qual as mulheres não estão preparadas para enfrentar por falta de um apoio continuado, ou seja, que vá desde a candidatura até o dia da eleição”, justificou.

No caso das prefeituras, o de-

sempenho das mulheres nas últimas eleições foi um pouco melhor. Em 2000, 317 mulheres conseguiram se eleger, o que equivale a 5,7% do total de prefeituras naquele ano, enquanto que nas eleições do ano passado; 407 mulheres conquistaram ou mantiveram o cargo de prefeita, o que representa 7,3% dos municípios. “Infelizmente, não poderíamos esperar uma estatística mais significativa. Isso porque em 75% dos municípios (4.198) não houve uma candidata mulher na disputa, o que significa dizer que em apenas 1.364 cidades brasileiras (25%) havia uma mulher con-

Percentual de vereadoras



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Cfemea.

correndo ao cargo”.

Segundo Almira, a meta imediata do movimento feminista é ter 30% de mulheres nos parlamentos municipais e no Congresso Nacional, “pois esse já seria um número expressivo”, explicou. No último pleito, apenas 10% das câmaras municipais alcançaram esse objetivo. Barreiras, na Bahia, é um exemplo, com 54% das mulheres eleitas. Em 1.631 municípios, o que equivale a 29% das câmaras, só tem homens no poder.

Com relação aos partidos nos quais as mulheres tiveram maior desempenho nas eleições para vereadoras destacam-se PRTB (17,1%), PAN (15,4%), PT do B (15,4%) e o PT (15,1%). No caso das prefeitas, os partidos que mais elegeram mulheres foram o PTN (40%), PRTB (16,6%), Prona

(14,2%), PTC (12,5%) e o PL (10,5%)* Isso só ocorreu porque estes partidos têm um número reduzido de deputados. Daí o aparente percentual elevado de mulheres.

Aos poucos, as mulheres conquistam seu espaço na democracia brasileira. O caminho de inserção das mulheres na política ainda é longo, mas elas não perdem a esperança nem a fé na luta e no próprio poder de combatividade para um dia poderem participar das decisões em pé de igualdade com os homens. As eleições municipais realizadas em outubro de 2004 são prova de que as mulheres querem seu espaço. Mas o resultado do desempenho delas nas eleições também demonstra que as ações de inserção da mulher no cenário político precisam de muitos ajustes.

Partidos não dão apoio continuado

Uma explicação para o desempenho pouco representativo das mulheres nas eleições de 2004 no cargo de prefeita pode estar no fato de não haver política de cotas para o Executivo. No caso do cargo de vereador, cada partido ou coligação deve reservar pelo menos 30% das vagas. O problema é que, em 2004, nenhum partido preencheu esse pré-requisito. Daí o péssimo resultado.

“Os dirigentes alegam que não há mulheres suficientes que queiram se candidatar. Mas eles esquecem de dizer que isso acontece porque não há apoio continuado às mulheres dentro do partido”, alertou Almira Rodrigues.

Outra dificuldade é que a política de cotas reserva vagas apenas na candidatura. O ideal seria ter um percentual mínimo e obrigatório de mulheres nas câmaras municipais. “Uma vez que os partidos não valorizam a participação das mulheres em todo o processo, mas apenas na candidatura, os homens conseguem mais espaço”, disse a diretora do Cfemea.

Lição de convivência

Desde pequenas crianças mostram que sabem ser preconceituosas. Nas escolas, as questões de gênero estão resolvidas, exceto quanto há outro tipo de diferenciação física

A experiência que os professores e professoras têm em sala de aula é testemunha do preconceito de muitos alunos. Brincadeiras e atitudes aparentemente inocentes muitas vezes estão repletas de discriminação. A relação entre os alunos é delicada e engana-se quem pensa que a discriminação envolve apenas questões de gênero. Para a professora Cláudia Custódio, que dá aula em uma escola pública do Cruzeiro, em Brasília, para alunos do ensino fundamental, o problema vai muito além disso. “Crianças gordinhas e negras, por exemplo, são as que mais sofrem. As meninas e os meninos se sentem excluídos quando têm alguma diferenciação física”, afirmou.

Magali Menezes, que trabalha em sala de aula há 15 anos e que leciona na escola CIMAM, particular, para as séries fundamentais, diz que os episódios de preconceito de gênero acontecem mais entre os meninos. “As meninas são bem aceitas quando querem, por exemplo, jogar futebol. As garotas também aceitam os meninos nas brincadeiras de casinha. Mas já tive um aluno que tinha um jeito afeminado e a turma não perdoava”, contou ela. De acordo com Magali, as meninas não gostam muito de participar das atividades dos meninos por causa da criação. “Os



Cláudia Custódio, professora enfrenta situações de preconceito explícito cometidas pelos alunos. Saida é usar o bom senso na hora de ensinar

próprios pais ensinam que elas devem brincar com boneca. Mesmo assim já tive alunas que gostavam de acompanhar a brincadeira dos meninos”, garantiu. Com os meninos, a situação é a mesma.

Falar do assunto abertamente com os alunos pode, em alguns casos, ser mais prejudicial às vítimas da discriminação. Uma maneira de atenuar essas agressões, segundo Cláudia Custódio, que tem 18 anos de experiência nas escolas, é criar atividades com as quais os alunos percebam que todos têm o seu valor, independentemente de suas características físicas. “Por meio de jogos, leituras e outras atividades procuro integrar os alunos sem que eles percebam. Aos poucos, eles vão aprendendo a se respeitar”,

disse. Além disso, Cláudia procura chamar a atenção dos alunos para as qualidades dos colegas, o que atenua das diferenças.

É claro que há casos de discriminação contra as meninas, mas Magali acredita que essas ações são isoladas. “Já tive uma aluna que só gostava de andar com os meninos. O problema é que ela tinha o comportamento muito agressivo e, por causa disso, os meninos não gostavam da participação dela nas brincadeiras”. Magali disse que, infelizmente, o professor ou professora tem de ser ditador em sala de aula. “Para evitar atitudes discriminatórias eu, muitas vezes, defino os grupos de trabalho, de maneira que as crianças que vivem em conflito se sentem juntas para se conhecer

melhor”, explicou a professora.

Além das diferenças raciais e físicas, as questões religiosas e sociais influenciam bastante no comportamento das crianças nas escolas. “Tive em sala de aula um aluno que era muito pobre. Ele só andava sujo e as crianças até evitavam contato com ele por causa disso. Um dia, para resolver a questão, dei uma aula de higiene pessoal para todos”, explica a professora. Ela alerta que há diversas possibilidades de orientar uma criança sem causar traumas. “O adulto deve tomar muito cuidado com o que diz e faz. A auto-estima dos alunos deve sempre ser trabalhada. Caso contrário, uma atitude impensada pode transformá-lo num adulto problemático”, finalizou.

Professores precisam de formação continuada

O despreparo dos professores diante de episódios de discriminação de gênero em sala de aula é, em grande parte, explicado pela falta de uma política de formação permanente e de reconhecimento da profissão, segundo a presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Juçara Dutra Vieira, para quem a raiz desses conflitos nasce na própria família dos estudantes.

“Hoje em dia ainda se observa a separação dos alunos por atividades segundo o gênero. Assim, os meninos jogam futebol enquanto às meninas, cabe brincar de boneca”, explica Juçara, acrescentando que trata-se de um “comportamento natural” herdado pelos alunos e que faz parte da cultura de nossa

sociedade. É papel aos trabalhadores em educação, portanto, procurar, mais do que evitar qualquer conflito, usá-lo como um elemento de aprendizado.

A CNTE recomenda que é necessário buscar meios, como jogos e brincadeiras, para solucionar os conflitos, sem causar traumas. “Os problemas de preconceito e discriminação existem, fazem parte de nossa sociedade, mas a escola deve ter um papel crítico na formação dos jovens para que eles próprios também se tornem adultos com capacidade crítica e, portanto, menos susceptíveis ao preconceito e à discriminação”, diz a líder sindical.

A falta de reconhecimento do profissional, por sua vez, faz com que muitos trabalhadores em edu-



Juçara: “Escola deve formar cidadãos críticos”

cação tenham de trabalhar em dupla ou tripla jornada, especialmente as mulheres, sobre as quais recai, ainda, o trabalho doméstico e não tenham tempo de buscar o aperfeiçoamento. “Por isso, a CNTE se empenha no sentido de forçar o governo a implementar políticas de valorização profissional”, argumenta.

O Feminismo na escola

Jô Moraes *



O movimento feminista enfrenta o grande desafio de atrair aliados na sua trajetória de combater as formas atuais da opressão contra a mulher. Realiza esse esforço na compreensão de que há uma transversalidade nos conflitos resultantes das relações de gênero, de classe e de raça/etnia e que estes atingem todos e não apenas as mulheres, os proletários e os negros. Ao mesmo tempo, entre algumas correntes do feminismo, ressurgiu com força a idéia de que esse processo só pode ser enfrentado baseando-se num sujeito coletivo orientado por uma utopia em torno da emancipação humana.

O papel que a educação desempenha na construção da consciência e da posição do indivíduo na estrutura econômica, política e social tornou-a um espaço privilegiado do debate emancipatório e, em especial do debate feminista.

Aqui cabe uma reflexão sobre o sistema educacional como reprodutor dos valores defendidos pelas elites hegemônicas que perpetuam o seu domínio através da manutenção das desigualdades, transformando-as, ideologicamente, em fenômenos 'naturais'. Como conseqüência, surge a exigência de que os profissionais da área busquem construir uma corrente contra-hegemônica para subverter a

lógica das relações de poder estabelecidas, sob diferentes formas, no sistema educacional. "...Se admitimos que a escola não apenas transmite conhecimento..., mas que ela também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe; se reconhecemos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade; ...certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades" (Louro).

A crise civilizatória porque passa a sociedade humana, hoje, apresenta diferentes dimensões quer do ponto de vista teórico, econômico, político e social. A vida humana alcançou um nível de degradação sem precedentes, amplificada pelo sentimento, em certa medida generalizado, de não haver alternativa histórica à presente barbárie. Hobsbawm, finaliza seu livro, *Era dos Extremos*, com uma pujante constatação: "Vivemos num mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo processo econômico e tecnológico do desenvolvimento do capitalismo.... Sabemos, ou pelo menos é razoável supor, que ele não pode prosseguir 'ad infinitum'. O futuro não pode ser uma continuação do passado... Nosso

mundo corre o risco de explosão e implosão. Tem de mudar. Não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto... Contudo uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente."

As mazelas provocadas por esse impasse desencadearam um movimento de busca de novos paradigmas e de reencontros de utopias emancipatórias. Ao "fim da história" proclamado por Fukuyama (1), em 1989, seguiu-se um intenso debate em torno de novas alternativas que orientassem a ação política dos indivíduos e dos governos. O ideário hegemônico de então, o liberalismo, preconizado como a "realização da sociedade plena", não bastava à sempre presente inquietação humana.

O debate em torno dos novos paradigmas se deu influenciado pelo ideário da pós-modernidade que opunha, aos movimentos coletivos por transformações sociais, a fragmentação e heterogeneidade das construções de identidades, restritas apenas a articulações setoriais. A constituição dessas identidades, o sentido de pertencimento a um determinado grupo (classe, gênero, etnia) desenvolveu-se de forma fragmentada levando, os sujeitos históricos emergidos

desse processo, pela ausência de coesão mais universal e negação do sujeito coletivo, a um enfraquecimento político.

A busca de um novo paradigma emancipatório passou a ser preocupação de inúmeros movimentos e organizações que tem, no slogan dos Fóruns Sociais em desenvolvimento - um novo mundo é possível - sua melhor expressão. Sem dúvida, embora inicial representa um passo importante na construção da emancipação política dos homens e mulheres desse planeta, projeto para o qual os atores da escola devem estar voltados.

A CONSTRUÇÃO DAS NOVAS IDENTIDADES NA ESCOLA

O desafio posto para a comunidade escolar é responder à pergunta sobre qual o papel que a escola deve exercer na sociedade presente. Historicamente, suas funções vêm sendo pautadas pelos interesses das elites dominantes, em especial para a formação da força de trabalho. “A própria burguesia... fez de sua política burguesa a pedra angular do sistema escolar e tentou reduzir a escolarização ao treinamento de servos dóceis e eficientes da burguesia... Ela nunca pensou em fazer da escola um recurso para o desenvolvimento da personalidade humana” (Lênin). Por isso, cada vez mais se impõe o surgimento de um movimento contra-hegemônico que busque subverter o que Althusser, citado por Carnoy, aponta como a contribuição da escola para a formação da força de trabalho: a reprodução

de suas habilidades e a reprodução de sua submissão às regras da ordem estabelecida.

Esse movimento contra-hegemônico que precisa se desenvolver no interior do sistema educacional deverá ter como autores centrais os profissionais da educação: as professoras e os professores, funcionários e especialistas comprometidos com uma nova concepção de educação emancipatória. Sua caminhada passa, necessariamente,

“O papel que a educação desempenha na construção da consciência e da posição do indivíduo na estrutura econômica, política e social tornou-a um espaço privilegiado do debate emancipatório e, em especial do debate feminista”

te, pela desconstrução das identidades que historicamente nos foram impostas e pela constituição das novas identidades de gênero, de classe, de raça/etnia a partir de uma visão mais universal da emancipação humana.

O exercício de constituição das novas identidades deve ter como referência de crítica e de

reformulação: a - o conteúdo dos discursos legais; b - as diretrizes pedagógicas; c - as teorias educacionais; e d - as práticas rotineiras. Esse processo exige também uma vigilância permanente em relação aos currículos escolares, aos regulamentos e aos instrumentos de avaliação, espaços onde costumam se materializar os conteúdos discriminatórios e as práticas excludentes.

A construção de uma perspectiva emancipatória se faz a partir de movimentos coletivos e de processos cotidianos sob os quais cada agente tem governabilidade plena. “Não é possível conseguir uma libertação real a não ser no mundo real e com meios reais... A libertação é um ato histórico, não um ato de pensamento, e é efetuada por relações históricas” (Marx). Façamos da escola um espaço da afirmação humana que tem, na sua metade mulher, uma grande força transformadora.

* *Feminista, primeira presidente da União Brasileira de Mulheres - UBM, deputada estadual pelo PC do B, em Minas Gerais.*

CARNOY, Martin, Educação, Economia e Estado, Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, nº 13. São Paulo: Cortez - Autores Associados. 1984

HOBBSAWM, Eric, Era dos Extremos - O Breve Século XX 1914-1991. São Paulo: Cia. das Letras. 2002

LENIN, V.I. (1978), On Socialist Ideology and Culture, Moscow: Progress Publishers.

LOURO, Guacira Lopes. A Escola e a Prod. das Dif. Sexuais e de Gênero. Cad. de Educação-CNTE, nº 10. Brasília. 1998

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich, Obras Escollidas Tomo I, pág.15. Lisboa: Edições Avante. 1982

PEIXOTO, Madalena Guasco. A Condição Política na Pós-Modernidade. São Paulo, Educ-Fapesp. 1998

Nota 1 - Francis Fukuyama, autor do livro O Fim da História? lançado em 1989, registrava que a vitória da democracia liberal e a prosperidade capitalista indicava a etapa final do desenvolvimento humano.

Nilcéa Freire, Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

“Plano busca igualdade de gêneros”

Objetivo do governo federal é atuar, por meio de diversos ministérios, em várias áreas para promover a autonomia, oferecer oportunidades iguais no trabalho, estimular a educação, ampliar serviços de saúde, defender os direitos sexuais e reprodutivos e combater a violência



Nilcéa Freire diz que criação da secretaria foi um reconhecimento por parte do governo de que as desigualdades geram exclusão

O Plano Nacional de Política para as Mulheres (PNPM), desenvolvido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), definiu políticas e ações para a promoção da igualdade de gênero. Lançado em dezembro de 2004, o plano teve suas diretrizes definidas a partir da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), realizada em julho do ano passado. O

PNPM tem 198 ações que visam atender às necessidades práticas e estratégicas do dia-a-dia das mulheres.

A ministra Nilcéa Freire, da SPM, afirma que a formulação do plano é a garantia de que o governo federal está cumprindo com o seu papel. “Esse trabalho é um desafio, que precisa do apoio e do comprometimento de diferentes esferas dos governos estadual, municipal e

distrital”, disse. Nilcéa Freire acredita ainda que a criação da SPM, com status de ministério, inaugura um momento novo na história do país e sua existência já apresenta reflexos positivos na formulação, coordenação e articulação de políticas direcionadas às mulheres. Nesta entrevista, ela fala do PNPM, do trabalho de sua secretaria e do que ainda precisa ser feito para promover a igualdade de gêneros.

Revista Matria - Em que consiste o Plano Nacional de Políticas para a Mulher?

Nilcéa Freire - O plano é resultado da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que foi convocada pelo presidente da República e coordenada pela SPM e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, com a finalidade de definir diretrizes que orientariam uma Política Nacional para as Mulheres. A partir dessa conferência e das diretrizes que foram aprovadas, nós criamos um grupo de trabalho, composto por diferentes ministérios, com representação da sociedade civil e dos organismos de Executivo, tanto municipal como estadual, que lidam com políticas para as mulheres. O plano foi estruturado em quatro eixos prioritários de atuação: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; e enfrentamento à violência contra as mulheres.

Como se dá a atuação da Secretaria a partir da identificação desses eixos prioritários?

Em cada um desses eixos, temos metas e ações vinculadas a elas, que totalizam 198, distribuídas nessas quatro grandes áreas. Além disso, temos a área de gestão da política de gênero e da igualdade entre homens e mulheres. Embora essas 198 ações tenham sido propostas pelo governo federal, elas não se realizam sem a parceria de estados e municípios, até porque muitas delas são atribuições dessas esferas.

Quais são as ações que começam agora?



Um exemplo de ação que começa a ser implementada a partir de 2005, cuja execução cabe ao Ministério da Educação, é a ampliação da oferta de vagas públicas na pré-escola a fim de ampliar a autonomia das mulheres, uma vez que elas terão com quem deixar seus filhos para ir trabalhar ou estudar. É importante lembrar que o PNPM reúne 17 ministérios. Nesse caso,

a Secretaria tem a tarefa de coordenar os trabalhos, mas muitas ações serão executadas por outros ministérios. No caso desse projeto, especificamente, existe a perspectiva da criação de um Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). A Secretaria tem como meta nessa ação a ampliação de 12% da oferta de vagas na educação infantil até 2006.

Qual seria então a ação prioritária para 2005?

Em cada um dos eixos temos várias prioridades. No eixo que trabalha a autonomia, igualdade no mundo do trabalho e a cidadania, por exemplo, uma prioridade é a ampliação do acesso ao crédito para as mulheres, principalmente para as do meio rural. A meta é permitir, até 2006,

a participação de 400 mil mulheres trabalhadoras rurais na política de concessão de créditos. Isso está dentro do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), que tem um segmento específico dedicado à mulher trabalhadora no campo. Essa é uma ação que está como prioritária no plano, mas que já está sendo executada pelo governo.

O que diferencia o plano das ações que já foram implementadas até hoje?

O PNPM não inova no sentido de que as ações a serem trabalhadas são inéditas. Ele inova ao conferir prioridade a ações já existentes. Além disso, o plano tem a capacidade de fazer com que uma ação potencialize a outra, já que tudo acontece de maneira coordenada. Então, quando se pensa, dentro do plano, na questão da violência contra a mulher e nos determinantes dessa violência, pensa-se esse combate acontece também quando há uma ampliação na autonomia feminina. Isso quer dizer que, se as mulheres são inseridas no mercado de trabalho, elas passam a conhecer melhor seus direitos, têm capacidade de desenvolver sua cidadania e aprendem, conseqüentemente, a se defender.

Qual seria o papel da sociedade civil e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher?

O papel de controle social. No próprio plano, no capítulo que trata sobre a gestão e monitoramento, é proposto o trabalho de um mecanismo de controle social e de acompanhamento da implementação do plano, por meio do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres. É importante, também, que a comunidade esteja em contato nesse processo e em cada ação que é implementada. Isso facilita a avaliação do impacto das ações do PNPM no cotidiano das mulheres que serão beneficiadas.

Quando a população vai começar a perceber os benefícios desse plano?

Como já foi dito, são 198 ações. Algumas delas têm resultados imediatos, que estarão sendo acompanhados. Mesmo assim, o trabalho é gradativo. O plano se compõe de um conjunto de ações diferenciadas e, por isso, o resultado delas não se dá todo ao mesmo tempo.

A base do plano foi extraída da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Quais as conclusões que se tiraram desse encontro e quais as áreas nas quais a mulher mais precisa de atenção?

Percebemos que existe uma enorme distância entre direitos formais conquistados e o que a sociedade diz que existe. Um exemplo: a legislação brasileira diz que ninguém pode receber salários diferenciados para as mesmas funções. No entanto, a gente sabe que as mulheres ganham menos e que inúmeros artifícios são usados para que isso aconteça. Essa diferença entre os direitos formais e a percepção da sociedade em relação ao cotidiano das mulheres só pode ser preenchida por meio da definição de políticas públicas. Quando se fala em política para as mulheres, é preciso trabalhar com ações que auxiliam a enfraquecer preconceitos, atitudes e valores. Afinal, é isso que está na base da discriminação e nas relações desequilibradas de poder entre homens e mulheres.

Qual é o maior exemplo de discriminação a ser combatido pelo PNPM?

Hoje, no Brasil, o nível de escolaridade em média é maior entre as mulheres. No entanto, isso não tem reflexo no mercado de trabalho. A média sala-

ria das mulheres é menor que a média dos homens e, muitas vezes, elas são mais qualificadas. Numa pesquisa que o Instituto Ethos conduziu no primeiro semestre do ano passado, nas 500 maiores empresas brasileiras, apenas 9% dos cargos executivos são ocupados por mulheres. Isso não corresponde ao que as mulheres avançaram, por exemplo, em termos de qualificação profissional.

“Quando se fala em política para as mulheres, é preciso trabalhar com ações que auxiliam a enfraquecer preconceitos, atitudes e valores. Afinal, é isso que está na base da discriminação e nas relações desequilibradas de poder entre homens e mulheres”

O ano de 2004 foi decretado como Ano da Mulher no Brasil. Faça um balanço dos avanços e conquistas das mulheres, bem como do trabalho da Secretaria da Mulher.

As mulheres brasileiras, sem dúvida, na última década, ocuparam muitos espaços, principalmente, porque elas conquistaram postos que eram exclusivamente masculinos. Do ponto de vista institucional, a criação

da Secretaria Especial de Política para as Mulheres foi um avanço, assim como a criação de superintendências, coordenadorias e secretarias em nível estadual e municipal. Afinal, isso é o reconhecimento por parte do governo de que a desigualdade entre homens e mulheres é um fator que gera a exclusão e, portanto, não contribui para o desenvolvimento sustentável e para a consolidação da democracia. Nesses dois anos de governo Lula, em especial no ano passado, fechar 2004 com um plano que agrega 17 ministérios comprometidos com uma política nacional das mulheres é um avanço, principalmente porque o PNPM tem a perspectiva de que cada política tem de ser avaliada segundo o impacto que ela produz em homens e mulheres, além de ter a preocupação da busca da igualdade respeitando as diferenças. A Secretaria vai sentir que o trabalho está completo quando o Brasil não precisar mais dela, ou seja, o dia que todas as políticas de fato estiverem incorporadas.

Enquanto isso não acontece, o que a senhora gostaria que a população pensasse quando ouvisse falar no PNPM?

Gostaria que a sociedade pensasse no plano solidariamente; ou seja, pensasse que ele se dirige às mulheres, mas que é a sociedade como um todo que se beneficia. Pensasse também que quaisquer iniciativas de quaisquer governos só terão sucesso se a sociedade cumprir o seu papel, seja de controle social, de vigilância ou de crítica. Sempre ajudando os governantes a corrigir os rumos da política. Portanto, esse não é um plano de governo, mas da sociedade, que deve, portanto, apropriar-se dele.

Meios de comunicação de massa desvalorizam a imagem feminina

Mídia mostra a mulher, na sua maioria, como uma pessoa consumista, falsa e interesseira ou como objeto sexual à disposição dos homens

Ela é jovem, loira e bonita. Ele, um ex-bicheiro de mais de 40 anos e que agora é empresário da construção civil. Danielle Meira e Giovanni Improtta mantinham, até pouco tempo, uma relação de puro interesse: enquanto ele usava sua riqueza para manter a seu lado uma bela e jovem mulher, ela se sujeitava a ficar com um homem de quem não gostava só para continuar morando em sua mansão. Ela se sujeitava a todo tipo de situação, desde ser chamada de “ninfaba-bebê” até suportar a paixão de Giovanni por outra mulher. A situação desvaloriza a mulher, mas dá audiência.

A história de Danielle e Giovanni estava em horário nobre na Rede Globo. A novela *Senhora do Destino*, que começa às 21h, chega a dar mais de 50 pontos no Ibope. Ou seja, 50 milhões de telespectadores acompanham, de segunda a sábado, Ludmila Dayer e José Wilker interpretarem personagens de caráter duvidoso. A diferença entre eles, porém, é que, enquanto Giovanni tem um certo humor que conquista a simpatia do público, a personagem de Danielle tem no seu caráter materialista e falso seus pontos mais ressaltados. Isso para não falar na infidelidade da moça que, agora, “casará” com um rapaz.



Giovanni e Danielle, personagens da novela das 21h, da Rede Globo, viviam uma relação de interesse: ele não esconde a paixão por outra mulher, ela só quer conforto

Programação da TV desrespeita infância

Danielle e Giovanni não são a única situação da novela que desvaloriza a mulher. Há, ainda, a personagem Nazaré Tedesco, vivida por Renata Sorrah. Além de ser seqüestradora e assassina, ela mantém relações sexuais com vários parceiros unicamente para tirar proveito deles. Assim como a novela da Globo, a mídia brasileira está cheia de maus exemplos de comportamento tanto de homens, quanto de mulheres. O agravante é que, no caso das mulheres, além de serem reduzidas a meros objetos sexuais, suas características psicológicas costumam ser desvalorizadas, enquanto o comportamento dos homens, mesmo que sejam os piores possíveis, são amplamente valorizados.

O antigo Show da Xuxa, apesar de ser infantil, mostrava garotas – as famosas paquitas – que vestiam pouca roupa e reboavam diante das câmeras. Atualmente, o Caldeirão do Huck, também da Globo, exhibe modelos de biquínis

minúsculos às 15h de sábado. Sem falar dos outros programas da TV que criam personagens e jogam no lixo a reputação de algumas profissões, mostrando mulheres que não têm nada a acrescentar à cultura nacional. A lista é imensa: a depiladora Tiazinha, a Feiticeira, a Bandida, a Ninja do Funk, a Enfermeira do Funk, a Salva-Vidas, entre outras. Todas bonitas, siliconadas e que apareciam, ou ainda aparecem, quase nuas na televisão.

Para a parlamentar Alice Portugal (PC do B-B-A), que faz parte da Comissão do Ano da Mulher na Câmara dos Deputados, a mulher ainda é encarada pela mídia como produto de venda. “Os meios de comunicação precisam valorizar a mulher que tem algo de bom a acrescentar. Hoje, quem tem espaço na mídia são as mulheres de corpos bonitos e que ficam se expondo de forma gratuita. É muito difícil ver, nos programas, uma entrevista com uma filósofa, uma cientista ou uma professora. A te-

levisão só quer entrevistar dançarinas de música baiana que aparecem na TV quase nuas”, diz.

A deputada Maria José Maninha (PT-DF) concorda. Para ela, a imagem da mulher na mídia não traz qualquer benefício para a sociedade. “Vivemos uma banalização do uso da imagem da mulher. Os programas de TV mostram um estereótipo da mulher que não é a realidade. Um exemplo está na novela Senhora do Destino”, afirma Maninha, referindo-se à personagem Gisela, interpretada por Ângela Vieira.

“Ela é casada com um homem rico, mora em um bairro elitizado do Rio de Janeiro, mas não trabalha, é burra. Trata-se de uma dondoca. Além disso, tem a Guilhermina (Marília Gabriela), que é uma personagem intelectual, mas é extremamente agressiva. Ela não precisa ser grosseira só porque é inteligente”, explica a petista.

Maninha também analisa o outro lado. Segundo ela, a mulher também precisa se valorizar e o alvo dela são as mulheres do Big Brother Brasil, outro campeão de audiência da Globo, que já está na sua quinta edição. “As mulheres estão lá para conseguir uma capa de revista masculina. Elas jogam o mesmo jogo da mídia que quer uma mulher-objeto”, diz Maninha.



Modelos de televisão aparecem seminuas, na televisão, em pleno sábado a tarde

De acordo com a deputada petista, a Câmara dos Deputados tem uma campanha que se resume no seguinte: apareceu baixaria na TV ou algum programa desvalorizou a imagem da mulher, da criança? Mude de canal ou desligue a televisão. “Se o telespectador se sentir ofendido com alguma coisa, desligue a TV. Além disso, a Comissão do Ano da Mulher está organizando outras campanhas para tentar acabar com essa desvalorização da mulher nos meios de comunicação. Mas é preciso criar uma



Big Brother usa e abusa de cenas nas quais os corpos são a ênfase

rede, junto com a Comissão de Ética e com outros setores da Câmara dos Deputados, para o movimento

ficar mais forte e nós acabarmos com essa exposição gratuita da mulher”, conclui Maninha.

Socióloga critica a invasão de formas vazias

A exposição pejorativa da imagem da mulher na mídia incomoda, principalmente, quem trabalha pela emancipação dos direitos femininos. A socióloga Jaqueline Pitangui, diretora da Cepia, ONG que trata dos direitos humanos e das mulheres, chama de “invasão de formas vazias” o destaque que a televisão e a publicidade brasileira dão às mulheres de beleza exuberante, mas que não acrescentam nenhuma informação à ficção ou ao comercial.

De acordo com a socióloga, é importante destacar que não há uma imagem única da mulher sendo exposta na TV. “Também existem mulheres trabalhadoras, populares e ativas dentro da dramaturgia. Mas há uma hegemonia negativa calcada na figura

ra física da mulher”, disse. Nesse caso, as mulheres têm um perfil igualitário: têm corpo fabricado, são em sua maioria brancas e sorridentes, mas vazias de significado.

Jaqueline Pitangui também chama a atenção para a participação masculina nesse tipo de atuação. Afinal, os homens também estão aparecendo como “objeto” nas novelas, revistas e propagandas. “Não quero ser radical a ponto de pensar que o bonito não deva aparecer. A beleza em si tem uma certa presença, chama a atenção. O problema é quando isso começa a ocupar todos os espaços da mídia e chega a projetar como notícia os hábitos alimentares de uma ‘estrela’ dessas”, concluiu.

Já as propagandas vinculadas



Jaqueline Pitangui: mídia mostra beleza sem conteúdo

em outdoors são, de acordo com Jaqueline, uma característica bem brasileira. Para a socióloga, esse tipo de uso “predatório” do corpo da mulher na mídia não seria aceito em muitos países. “Considero como um retrocesso o fato de a mídia tornar público aquilo que tem característica privada. É isso que acontece com o corpo feminino”.

Especialista critica publicitários

Daiane Souza/UnB Agência

Não é só na TV que a mulher aparece de forma negativa. As campanhas publicitárias, de um modo geral, são um prato cheio para que os profissionais de comunicação usem a participação feminina de forma desabonadora com o mero objetivo de vender seus produtos.

Os comerciais de creme dental, carro, cerveja e até de empresas de telefonia abusam do corpo feminino para aumentar as vendas e os lucros. Os outdoors também são espaços onde a mulher é usada como adorno. Elas sempre estão em posições provocantes e, muitas vezes, com pouca roupa.

“Nós somos o país vice-campeão mundial em cirurgias plásticas. Portanto, valorizamos muito a estética e isso se faz presente também nas campanhas publicitárias”, explica a doutora em Publicidade Tânia Montoro.



Tânia Montoro, doutora em publicidade, critica o medo que os profissionais da área têm de experimentar uma linguagem nova e a mesmice erotizada da imagem da mulher



Outdoors de Brasília são bom exemplo de distorção do papel da mulher: em poses eróticas, sutis ou não, elas servem como mero argumento de vendas

Para a especialista, falta aos publicitários um pouco de criatividade na hora de montar um anúncio. “Eles têm medo do novo, de criar alguma coisa realmente diferente. Por isso, só investem no trivial, que é mostrar uma mulher bonita e sensual associada ao produto. O carnaval das imagens é muito grande”, diz Tânia Montoro.

“As mulheres aparecem de biquíni nas propagandas de cerveja,

mas nas de uísque, sempre tem um homem bem vestido”, exemplifica Tânia para enfatizar as diferenças de enfoque de gênero.

A doutora em Publicidade lembra, ainda, que as instituições de ensino superior também têm sua parcela de culpa nessa exaltação do uso da mulher em propagandas. “Hoje, as faculdades têm um ensino muito tecnicista. Falta informação aos futuros publicitários. O

estudante não pode se preocupar somente em vender determinado produto, ele tem de fazer campanhas publicitárias com ética e respeito à sociedade. Nós precisamos de cultura, de muita leitura, e não só da técnica”, diz.

• Serviço

Comissão do Ano da Mulher: (61) 216-6204
Alice Portugal: (61) 215-5456.
Maninha (61) 215-5952.

Cresce gravidez na adolescência

Pesquisa do IBGE revela que entre 1993 e 2003, número de casos passou de 16,8% para 17,3% do total, o que significa que 700 mil garotas se tornam mães todos os anos. Governo Federal investe em formação de professores e em material didático para tentar resolver o problema



Serviço de Adolescência do Hospital Universitário de Brasília orienta jovens que se tornaram mães antes dos 20 anos. O objetivo é ajudá-las a enfrentar os desafios para os quais a idade não as preparou

Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que a gravidez na adolescência cresceu 16,8% entre 1993 e 2003, último dado disponível, passando de 17,3% dos casos para 20,8% no período, o que resulta em uma população de, aproximadamente, 700 mil adolescentes grávidas anualmente. A maioria dessas jovens mães é de baixa renda, tem pouca escola-

ridade e, ao engravidar, perde toda a perspectiva de melhorar de vida, uma vez que os sonhos de um futuro melhor, conquistado com estudos e trabalho, geralmente, dão lugar a preocupação constante em cuidar do bebê, muitas vezes sem qualquer ajuda do pai.

As maiores contribuições para o aumento do número de mães adolescentes vêm justamente das regiões mais pobres do País: Norte,

com 25,8%; Nordeste, com 23,3%; e Centro-Oeste, onde são registrados 22,7%. Na análise por estado, Tocantins (28,3%), Pará (26,5%), Acre (26,2%), Rondônia e Mato Grosso do Sul (26%) apresentaram os maiores percentuais. O Distrito Federal (16,8%), considerado uma ilha de prosperidade na região, com indicadores socioeconômicos superiores à média nacional, e São Paulo (17,4%), a locomotiva industrial do



Para Marilúcia, necessidade de auto-afirmação é um dos motivos pelos quais jovens têm filho cedo. Falta de informação quanto aos anticoncepcionais também

Brasil, são, não por acaso, as unidades da Federação com menor índice de mães menores de 20 anos.

Apesar de ter a menor porcentagem de mães adolescentes, o Distrito Federal quer diminuir ainda mais esse número. Um bom exemplo de serviço público vem do Hospital Universitário de Brasília (HUB), onde a pediatra Marilúcia Picanço é uma das especialistas que luta para que as garotas continuem garotas até o momento

em que tiverem condições de decidir ter um filho. A médica coordena o Serviço de Adolescência do hospital, que também orienta meninas que se tornaram mães antes dos 20 anos. “O serviço conta com psicólogos, pediatras e psiquiatras. Tudo para orientar a jovem mamãe de forma eficiente nessa nova fase de sua vida”, disse Marilúcia.

Atualmente, o Serviço de Adolescência do HUB orienta 400 mães menores de 20 anos. De acor-

do com a pediatra, a maioria delas é de baixa renda (70%). Além disso, mais de 60% não concluíram o nível médio e cerca de 50% não terminaram sequer o ensino fundamental. “Outro dado interessante é que 67% não têm qualquer sonho na vida. Elas não pensam em fazer uma faculdade e nem melhorar um pouco de vida”, revelou Marilúcia, informando que sua equipe atende, por mês, de 25 a 30 meninas que já são mães. Segundo a médica, a falta de estrutura do hospital impossibilita que o número de atendimentos seja maior.

Para a médica do HUB, uma das razões de haver tantas mães menores de 20 anos é a necessidade de auto-afirmação. “Apesar das precárias circunstâncias socioeconômicas, o desejo de ter um filho é predominante entre as jovens. Isso está relacionado à afirmação de sua feminilidade e papel na sociedade”, afirmou Marilúcia. Outro motivo da gravidez na adolescência, é o fato de as jovens conhecerem os métodos anticoncepcionais, entre eles o preservativo e a pílula, mas não os usarem. “Mais de 90% conhecem algum método contraceptivo, mas não usam porque o parceiro não quer ou porque acham que não vão engravidar na primeira relação sexual”.

- *Serviço:*
Saúde e Prevenção nas Escolas, do MEC:
(61) 2104-8616
Serviço de Adolescência, do HUB:
(61) 448-5421
Centro Feminista de Estudos e Assessoria
(Cfemea): (61) 224-1791

Governo combate o problema nas escolas

A principal ação do governo federal para reduzir o número de mães adolescentes é o projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, que conta com o apoio do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação (MEC) e da Unesco.

De acordo com a responsável pelo projeto no MEC, Sueli Mello, o Ministério entra com a capacitação dos professores e com a distribuição de material didático sobre gravidez na adolescência, DST/Aids e drogas.

“Nós procuramos oferecer ao professor uma formação continuada sobre esses temas”, explica Sueli.

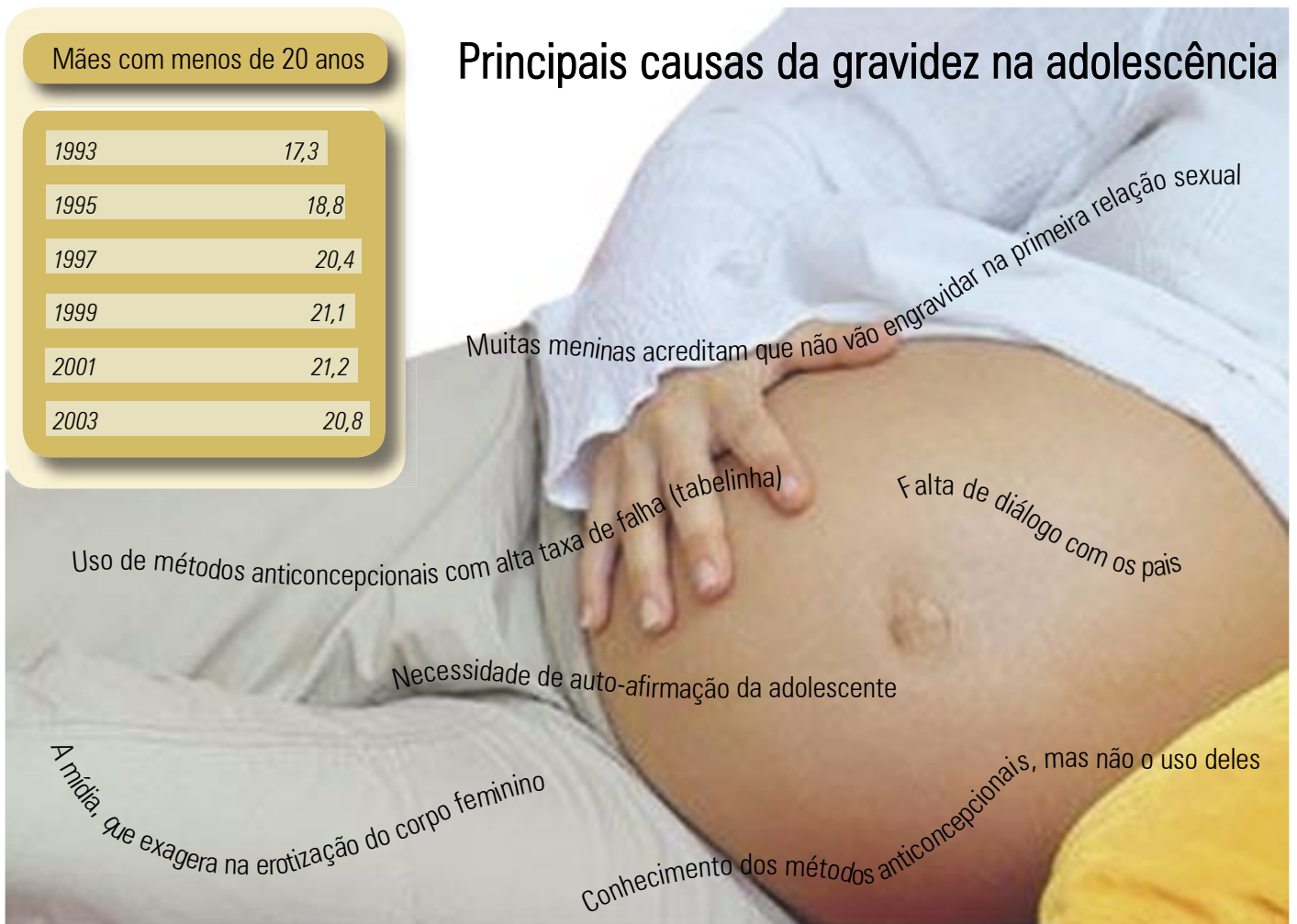
O Ministério da Saúde contribui com os insumos. “Enquanto o MEC orienta, distribui módulos e instrui os professores, o Ministério da Saúde oferece os preservativos”, diz. Hoje, o Saúde e Prevenção nas Escolas, que existe desde 2003, alcança mais de 480 escolas, em 281 municípios de 24 estados, além do Distrito Federal.

Além desse projeto, o Ministério da Saúde combate o problema das jovens mães em outras frentes, que incluem a distribuição de kits com métodos anticoncepcionais para as secretarias municipais de saúde; a capacitação de profissionais de saúde; e o financiamento e a elaboração de módulos para que os profissionais do programa Saúde da Família orientem a população sobre doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência.

Mães com menos de 20 anos

1993	17,3
1995	18,8
1997	20,4
1999	21,1
2001	21,2
2003	20,8

Principais causas da gravidez na adolescência



Duas garotas, duas histórias

Júlia Rodrigues e Viviane Ribeiro foram mães aos 15 anos, depois de uma gestação não planejada. As coincidências param por aí.

Júlia, de 22 anos, mora no Setor de Mansões do Lago Norte, um bairro da classe média alta brasileira. Viviane, de 23 anos, paga aluguel de R\$ 130 numa casa na Ceilândia Norte, cidade satélite da capital federal. Júlia é casada há sete anos com o marido, pai de Isabella, que hoje tem seis anos. Viviane não vive mais com o pai de Mylena, de sete anos.

Na hora da gravidez, Júlia tinha o convênio. Viviane dependeu dos hospitais públicos. Quando soube da gravidez, Júlia não parou de estudar. Pelo contrário. Ficou sabendo que estava grávida na primeira série do Ensino Médio do Colégio Leonardo da Vinci, freqüentado pela elite de Brasília. Hoje, ela está quase terminando o curso de Psicologia na UnB, uma das mais conceituadas universidades públicas do País. “Quando soube que estava grávida, passei a estudar bastante. Afinal, tinha de ser mais responsável”, conta Júlia.

Já Viviane só fez até a 6ª série do Ensino Fundamental. “Passei a me dedicar mais à minha gravidez. Por isso, tive de arrumar um trabalho, mas quero voltar a estudar logo”, diz Viviane, que trabalha como garçonne em um quiosque no Setor de Indústrias e Abastecimento (SIA), em Brasília.



Viviane Ribeiro: hospital público, solidão e emprego de garçonne



Júlia Rodrigues: plano de saúde, marido, e faculdade de psicologia

A sexualidade invade a escola

Olivia Rangel Joffily *



A sexualidade é parte essencial da vida de todos os seres humanos. De acordo com a Referência Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) “A sexualidade tem grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas, pois independentemente da potencialidade reprodutiva, relaciona-se com o prazer, necessidade fundamental dos seres humanos. Nesse sentido, é entendida como algo inerente, que está presente desde o momento do nascimento, manifestando-se de formas distintas segundo as fases da vida”.

A sexualidade no espaço escolar aparece de diversas formas, como nas inscrições em portas de banheiros, muros e paredes, nas atitudes dos alunos em sala de aula e fora dela. Não menos evidente, embora talvez mais sutil, é a presença da sexualidade dos adultos que atuam no universo escolar, como professores, orientadores pedagógicos e funcionários.

Em outras palavras o corpo, enquanto materialização de nossa identidade, está sempre presente na escola. Não apenas o corpo que aprende conteúdos, atitudes e habilidades das áreas de conhecimento, mas um corpo que interage com outros, que manifesta a

sexualidade. Um corpo que sente prazer e dor, que expressa alegria e tristeza, que experimenta afeto, ódio, carinho e amor.

Por isso mesmo, abordar a questão da sexualidade é fundamental na instituição escolar, onde crianças e adolescente passam muitas horas de seu dia. O papel da escola não se reduz ao trabalho com conteúdos curriculares de Ciências ou Biologia. Temas transversais como orientação sexual precisam ser compreendidos e tratados pelo conjunto da instituição e não colocados no baú.

A abordagem da sexualidade e, em particular, do corpo, supõe informações científicas, mas vai muito além, uma vez que objetiva introduzir noções de comportamento “adequado” em todos os aspectos, inclusive sexuais, como por exemplo, o cuidado com o corpo, a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, da gravidez na adolescência. Além disso, é importante destacar que a sexualidade não envolve apenas o prazer e o cuidado com o corpo, mas também se relaciona de forma intensa com sentimentos como afeto e amor. Por isso é tão difícil para os jovens falar a respeito de sexualidade, já que isso implica em expor suas emoções, sua visão das relações entre os sexos. E não

basta ter informações a respeito de sexo. Isso não falta hoje em dia. No entanto, apesar disso, os jovens têm pouco diálogo a respeito com pais e professores e continuam se arriscando em relações sexuais inseguras. Isso tem a ver com questões emocionais e de comportamento, como insegurança em relação ao afeto do(a) parceiro(a), a aprovação do grupo.

A gravidez entre adolescentes, por exemplo, continua crescendo. A Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde de 1996 revela que 18% das adolescentes brasileiras já tiveram pelo menos um filho ou estão grávidas.

As Doenças Sexualmente Transmissíveis, em particular a AIDS, também têm atingido crescentemente os jovens, sobretudo as meninas.

Esse dados deixam evidente que os jovens estão extremamente vulneráveis, tendo grande dificuldade usufruir sua sexualidade com prazer mas com responsabilidade bem como de gerenciar suas emoções. Cabe à escola contribuir para a construção de noções, imagens, conceitos e valores a respeito da sexualidade como algo inerente, necessário à vida humana, além de fonte de prazer e de afeto.

É importante destacar que a questão da sexualidade é parte in-

tegrante das relações homem/mulher em nossa sociedade. Ao longo da história as diferenças entre os dois sexos vêm sendo tratadas como desigualdades e as relações homem/mulher marcadas pela dominação masculina.

A expressão “gênero” começou a ser utilizada justamente para enfatizar que essas diferenças não são apenas de ordem biológica e sim marcadas pela cultura e a história de cada povo. Ocorrem mudanças na definição do que é ser homem ou mulher ao longo da história e em diferentes regiões e culturas. Ou seja, se as relações homem-mulher são um fenômeno de ordem cultural, podem ser transformadas. E a educação desempenha importante papel nesse sentido.

A compreensão do conceito de gênero possibilita identificar os valores atribuídos a homens e mulheres bem como as regras de comportamento decorrentes desses valores. O conceito de gênero também permite pensar nas diferenças sem transformá-las em desigualdades, sem que as diferenças sejam ponto de partida para a discriminação.

A perspectiva de gênero também está presente nas questões mais diretamente ligadas à sexualidade humana. Essa presença se manifesta nas relações cotidianas e na vivência da sexualidade. Sua explicitação pode contribuir para a busca de formas mais criativas nos relacionamentos sexuais e amorosos.

Em cada período histórico e em cada cultura, algumas expressões do masculino e do feminino

são dominantes e servem como referência ou modelo, mas isto não significa que são as únicas possíveis. Podemos pensar que há inúmeras maneiras de ser homem ou mulher. Cada ser humano tem o seu jeito próprio de viver e expressar sua sexualidade. Isso precisa ser entendido e respeitado pelos jovens.

“A expressão “gênero” começou a ser utilizada justamente para enfatizar que essas diferenças não são apenas de ordem biológica e sim marcadas pela cultura e a história de cada povo. Ocorrem mudanças na definição do que é ser homem ou mulher ao longo da história e em diferentes regiões e culturas.”

É fundamental que os professores, ao trabalharem as transformações vividas na puberdade/adolescência, estabeleçam as relações entre elas e os significados culturais que lhes são atribuídos. Isso porque não existe processo exclusivamente biológico: as próprias transformações do corpo são

sempre acompanhadas de significados psíquicos e sociais.

Falar sobre o corpo, seu potencial para usufruir o prazer e suas potencialidades reprodutivas, implica também a discussão das expectativas, ansiedades, medos e fantasias, relacionados à relação sexual, à “primeira vez”, ao desempenho e às dificuldades que podem surgir como manifestações associadas à impotência, frigidez, ejaculação precoce, gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis e outras possíveis disfunções. E também implica em debater as emoções, sentimentos e valores que fazem parte da expressão da sexualidade.

Em outras palavras, a escola, enquanto instituição tem um papel fundamental no sentido de orientar crianças e adolescentes quanto a sua sexualidade, contribuindo para que eles possam exercê-la com prazer e responsabilidade, respeitando os sentimentos, valores e emoções de todos os envolvidos.

* Olivia Rangel é jornalista e professora, mestre e doutoranda em Ciências Sociais pela PUC, docente da Faculdade Campo Limpo Paulista e membro do Conselho Consultivo da União Brasileira de Mulheres.

SAYÃO, Yara, e BOCK, Silvio. O assunto é... Sexualidade. Seção na Escola. Uma questão sempre presente. www.educarede.org.br Outubro/2002. Acesso em 03 de janeiro de 2005.

Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos reprodutivos. Dossiê Adolescentes - Saúde sexual e reprodutiva. São Paulo, 1999.

Mulheres ainda são as maiores vítimas da pobreza e do abandono

Discriminada pelo mercado, muitas vezes recai sobre a mulher o ônus de sustentar a família

Preconceito, discriminação e desigualdade ainda são os maiores obstáculos na luta das mulheres pela igualdade de gêneros. Apesar das conquistas femininas, permanecem as dificuldades que mantêm o sexo feminino em desvantagem econômica em relação aos homens, tornando a pobreza crônica do Brasil um fenômeno cada vez mais feminino. Afinal, é sobre a mulher que recai o ônus de sustentar a si e seus filhos quando o marido a abandona ou migra em busca de melhores condições de trabalho.

Quando não está sozinha, sofre, ainda, com o desemprego, próprio ou do marido, que, não raro, obriga famílias inteiras a buscar nas ruas condições de sustento. É o caso, por exemplo, de Célia Alves, 44 anos, mãe de três filhos e com mais um a caminho. Sem dinheiro para pagar o aluguel do barraco de Brazlândia, de onde foi despejada, pede esmola nas ruas de Brasília juntamente com o marido, desempregado há um ano.

Do outro lado das estatísticas, no Brasil “moderno” e industrial do terceiro milênio, as mulheres representam, hoje, 42% da mão-de-obra no trabalho formal e 57% no trabalho informal, sem considerar o trabalho doméstico não remunerado.

Conclui na pág 35...



Célia Alves pede esmolas nas ruas de Brasília para pagar o aluguel do barraco. Mulheres sofrem duplamente com a pobreza, própria ou do marido e sobre elas ainda recai o ônus de cuidar dos filhos, muitas vezes, sozinhas

Mulheres chefe-de-família

O abandono é outra situação que também deixa a mulher em desvantagem com relação aos homens. Além de terem os menores salários e os piores empregos, as mulheres ainda são abandonadas por seus maridos ou, quando eles estão desempregados, o sustento da casa e da família fica por conta exclusiva delas.

Os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Censo Demográfico 2000, revelam que há muitas mulheres nessa situação. Nesse caso, aquelas que têm menos anos de estudo são as que mais assumem sozinhas a responsabilidade de manter a casa. Das mulheres com 4 a 7 anos de estudo, mais de 3,1 milhões não têm ajuda no sustento da casa. Por outro lado, pouco mais de 783 mil mulheres com mais de 15 anos de estudo estão só na tarefa de cuidar dos filhos e da casa. No total, mais de 11 milhões de mulheres estão só nessa no sustento familiar e os homens são 44,7 milhões. (veja gráfico na página seguinte)

Com a responsabilidade de ganhar a renda fixa mensal que sustenta a família, a empregada doméstica Maria José Almeida, 45 anos, enfrenta diariamente a dura realidade de exercer um trabalho sem qualificação. Sem carteira assinada, ela sai todos os dias de São Sebastião, onde mora, para a Asa Norte para exercer sua atividade.

Maria José está no grupo das mulheres que trabalham muito e



Maria José de Almeida exerce uma função sem qualificação. Está no grupo das que trabalham muito e ganham pouco

ganham pouco. “Recebo apenas um salário mínimo para fazer todo o serviço da casa. Lavo, passo, arrumo e cozinho”, comentou. Com o marido desempregado há mais de um ano, Maria se esforça para

manter o emprego que sustenta seus dois filhos. “Meu marido é auxiliar de pedreiro, mas só consegue alguns bicos. O máximo que ganha por semana, quando consegue serviço, é R\$ 35”, contou.

Escolaridade maior, salário menor

Conclusão da pág. 33.

Ainda que a escolaridade das mulheres seja superior à dos homens, permanecem as diferenças salariais. A concentração de trabalhadoras é maior no setor de serviços, em ocupações consideradas menos importantes e com menor remuneração.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) de 2003, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho é de 50%. O índice é superior ao da América Latina (de 45%), mas inferior à média de diversos países desenvolvidos. Apesar de ter crescido nas últimas décadas, a taxa de participação das mulheres se mantém mais de 20 pontos percentuais abaixo da taxa de participação masculina, que é de 73%.

Com o objetivo de reduzir o abismo que demarca as chances e oportunidades de trabalho para homens e mulheres, Estado e sociedade planejam e executam ações e projetos voltados para a promoção da equidade entre os gêneros. Em 2003, o governo federal criou a Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM). Segundo



Mulheres ampliam sua participação no mercado de trabalho, mas ainda exercem, em grande parte, função menos importantes

Angela Fontes, subsecretária de planejamento da SPM, a criação do órgão é o reconhecimento do Estado sobre a responsabilidade de implementar políticas públicas que tenham como foco as mulheres, para a consolidação da cidadania e da justiça social. “A Política Nacional para as Mulheres tem como desafio promover a igualdade de gênero, com respeito às diversidades”, ressaltou.

A situação de desigualdade entre os gêneros foi destacada pela subsecretária como resultado das relações sociais e do sistema político, econômico e cultural. “A relação de subordinação das mulheres em relação aos homens, sempre foi tratada como natural e tem sido uma das formas de manter as mulheres em situação de desvantagem no mercado de trabalho”, afirmou.

Sexo	Anos de Estudo			
	4 a 7	8 a 10	Mais de 15	Total *
Homens	10 636 184	4 439 714	2 144 664	33 634 466
Mulheres	3 137 865	1 264 504	783 242	11 160 635

* considerando outros níveis de estudo não discriminados aqui

Fonte: IBGE/PNAD 2003

Rendimento varia conforme a cor

A diferença entre os rendimentos ganhos por homens e mulheres pode ser vista como uma das evidências mais significativas das desigualdades entre os gêneros. O quadro se agrava quando analisado segundo a variável raça. Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE 2003), divulgada em junho do ano passado, o salário recebido por hora trabalhada, em reais, está assim distribuído: homens brancos: 7,16; mulheres brancas: 5,69; homens negros: 3,45 e mulheres negras: 2,78.

Para ampliar a participação feminina no mercado e incentivar a melhoria nas condições de trabalho, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) trabalha com projetos em áreas como saúde e educação. Segundo Angela Fontes, o projeto visa promover as condições necessárias para a criação de um ambiente propício a igualdade. “Para conquistar condições e oportunidades igualitárias no mercado, a mulher precisa ter assistência médica adequada e seus direitos respeitados”, comentou.

A educação inclusiva é a opção adotada pelo governo federal para alterar as raízes culturais que co-

locam a mulher em posição de subordinação. De acordo com Angela, uma mudança comportamental precisa começar nas salas de aula. “O sistema pedagógico deve valorizar a mulher e incentivar o respeito às diferenças, sem ostentar que uma profissão que deve ser seguida unicamente pelos homens”, comentou.

No nível superior, as mulheres são 76,44% das matriculadas na área de educação e 27% na área de engenharia, produção e construção. Já no ensino profissional, os homens são 87,6% dos matriculados na área de indústrias, enquanto as mulheres são 94,4% dos matriculados em secretariado. Para Natália Mori, assessora parlamentar do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), esses dados comprovam que atividades tradicionalmente vistas como femininas se estendem de casa para o mercado de trabalho. “Profissões nas áreas de saúde e educação, por exemplo, sofrem um processo de desvalorização. Algumas funções são percebidas pelo mercado como extensão dos trabalhos domésticos”, comentou.

De acordo com Natália, as mulheres com elevado nível de

escolaridade não estão livres das desvantagens salariais. Embora exista uma relação positiva entre nível de escolaridade e rendimento mensal, as mulheres ocupadas ganham menos que os homens. De acordo com dados do IBGE, PNAD 2003, as mulheres que alcançaram apenas três anos de estudo, recebem 61,6% dos rendimentos obtidos pelos homens. Na faixa mais alta, com 11 anos de estudo, esse percentual cai para 58,6%. “Apesar das mulheres terem em média um ano a mais de estudos que os homens, quanto maior o nível de escolaridade, mais elevada é a diferença salarial para o desempenho de uma mesma função”, relatou a assessora.

Além das políticas públicas, campanhas educacionais são citadas por Natália como importantes instrumentos no processo de conquista da equidade de gêneros. “As mulheres precisam ter suas demandas incluídas nas pautas de negociações sindicais, além da participação em movimentos sociais. Em casa, o diálogo com os filhos e com o marido sobre a divisão das tarefas domésticas é fundamental para a conquista de uma posição mais igualitária”, ressaltou.

Rendimento médio mensal

Sexo	Anos de estudo			
	Até 3 anos	De 4 a 7 anos	De 8 a 10 anos	De 11 anos e mais
Homem	R\$ 342,28	R\$ 518,75	R\$ 631,73	R\$ 1.492,7
Mulher	R\$ 211,02	R\$ 284,85	R\$ 350,64	R\$ 874,40

Fonte: IBGE/PNAD 2003.

Idioma ajuda a superar preconceitos

Machismo que brasileiro expressa ao falar pode ser combatido com popularização de termos femininos

O idioma diz muito sobre os costumes de um povo e, assim como eles, evolui para acompanhar as mudanças sociais. Os lingüistas acreditam que por meio do fenômeno de relação da língua com o meio ambiente, denominado Ecologia das Línguas, é que se encontra a resposta para uma discussão sobre a língua portuguesa: como superar certo machismo que o brasileiro usa ao se expressar?

Um exemplo que as pessoas estão habituadas a ouvir, e muitas vezes não percebem a carga negativa que pode ter é quando se fala em homem como sinônimo de ser humano. Outro exemplo é quando se usa o masculino mesmo quando há a participação de mulheres.

Para Enilde Faulstich, professora de Língua Portuguesa e de Lingüística do Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula da Universidade de Brasília (UnB), a resposta para esse mal-entendido é bem simples. “Eliminar termos preconceituosos e incluir palavras que demonstrem a participação feminina cada vez mais crescente só é possível por meio da tradição. Ou seja, quanto mais a língua for falada, levando-se em consideração esses termos, mais rápido as mulheres estarão livres do preconceito”, explicou.

Isso significa que não é a gramática que vai modificar esses costumes, mas a prática, até por-



Para Enilde Faulstich, eliminar termos preconceituosos é um caminho para livrar as mulheres do estigma social

Femininos que só existem nas gramáticas

Masculino	Feminino
cônego	canonisa, cônega
castelão	castelã, casteloã
czar	czarina
diácono	diaconisa
sultão	sultana
cortesão	cortesã
jogral	jogralesa
maestro	maestrina
silfo	sílfide
papa	papisa
bispo	episcopisa
monge	monja
capitão	capitã

que a norma já prevê uma maneira de feminizar determinada palavra. A regra diz que as palavras terminadas em “o” fazem o feminino trocando-se a vogal “o” pela “a”. “Por isso, o feminino de ‘sargen-

Masculino	Feminino
marajá	marani
poeta	poetisa
presidente	presidenta
tenente	tenenta
general	generalã
sargento	sargenta
coronel	coronela
cabo	caba
bombeiro	bombeira
militar	militar
panificador	panificadeira
açougueiro	açougueira
caminhoneiro	caminhoneira

to’ é ‘sargenta’. Já para as palavras terminadas em consoante é acrescentar a vogal “a”. Com base nisso, a professora Enilde Faulstich assegura que o feminino de “coronel” é “coronela”.

Feminismo e o preconceito na língua portuguesa

Raquel Felau Guisoni*



A LÍNGUA PORTUGUESA É MACHISTA

Todas as diferenças que vivenciamos na sociedade, tais como, de gênero, raça/etnia, classe e geração se manifestam também na educação e elas estão entrelaçadas entre si, por isso, não podemos tratá-las isoladamente, considerá-las naturais, ou ignorá-las. Dentro desse entrelaçamento as diferenças de classe são mais abrangentes, pois sem esta compreensão, a luta de gênero fica pela metade.

Uma educação igualitária e democrática precisa levar em conta as diversidades sem transformá-las em desigualdades.

É com esta visão é que vamos tratar aqui a especificidade da opressão de gênero. Na concepção feminista emancipacionista, a discriminação e a opressão de gênero tem íntima relação com o processo e surgimento da propriedade privada, transformando a mulher em propriedade do homem.

Sua gênese coincide com o aparecimento das classes sociais, com elas se entrelaçando. Reflete o antagonismo e a luta de classe ao longo da história, nas diversas etapas e em diferentes formações econômico-sociais.

Segundo Loreta Valadares, (2004), “ã opressão de gênero se desenvolve junto com a opressão social, de classes, caracterizando assim a mulher, como oprimida enquanto ser sexual e ser social com seus correspondentes reflexos e formas na superestrutura. E assim como na relação base-superestrutura esta incide sobre aquela com relativa independência também a especificidade da opressão da mulher assume formas no terreno cultural, político e ideológico (opressão de gênero) que atuam conjuntamente e se entrelaçam à opressão (exploração) social.”

“Gênero não paira acima de classe, antes se entrelaça com ela. O conflito de gênero é transversal, ou seja, o que passa através, o que entrelaça com questões sociais, de classe, dá uma configuração especial a estas relações, adquirindo uma certa independência ao voltar incidir na base material e social. É por isso que nas experiências socialistas a inserção maior da mulher no mundo do trabalho não bastaram para alterar o padrão das relações de gênero. São precisas, não só as transformações econômicas e as políticas sociais, mas também nas políticas culturais, nas mudanças nos costumes, na psicologia, na ideologia.”

Entendendo que a opressão e a discriminação de gênero é abrangente e interligada, um dos aspectos a ser analisado é o referente à questão cultural e ideológica é a comunicação e a linguagem utilizadas entre as pessoas. Ao analisarmos a língua portuguesa constatamos que ela é machista. Como em outros aspectos da sociedade e da educação a linguagem é discriminatória, não dando visibilidade as mulheres e reforçando os preconceitos. O masculino é genérico em nossa língua.

Analisemos a realidade na área educacional. Quando uma mulher é nomeada professora, sai no documento: professor de educação infantil e não professora de educação infantil; quando se fala - alunos - só é utilizado o masculino; quando se participa de um congresso, mesmo sendo mulher é chamada de delegado. Isso se apresenta também em regra gramatical, por exemplo, se numa sala de aula só existe um aluno e todas as demais são alunas, deve-se dizer - alunos. Contam que Paulo Freire, destacado educador brasileiro, ao fazer uma palestra para educadores e educadoras resolveu utilizar a

linguagem só no feminino justificando ser a maioria mulheres. Foi um fato relevante no sentido de chamar atenção à discriminação sofrida pelas mulheres na linguagem. Tina Amado (2004) relata no seu artigo: “professora ou professor”?, o que mais lhe intrigava era o uso do masculino genérico para designar a profissão docente. Escreve que ao chegar numa escola, na primeira reunião de planejamento, a diretora iniciou dizendo o que o professor devia fazer. E na sala só estavam professoras, o único professor estava ausente. Frente a este fato indagava – por que aquele grupo, só de mulheres, usava o masculino para referir-se a si próprias?

Grande parte dos brasileiros e brasileiras não consideram esta questão um problema ou a tratam como insignificante.

Hoje já há avanços na percepção da linguagem discriminatória por insistência de feministas e daqueles que já tomaram consciência da importância da expressão oral e escrita para dar visibilidade às mulheres e não ser machista.

Vários autores ressaltam a importância do estudo de linguagens no âmbito escolar, em particular sobre a sexualidade. Como Guacira Louro (2004) quando afirma que a linguagem oculta o feminino.

No entanto, há muito que fazer. As mulheres e homens, principalmente, nós educadoras e educadores, devemos estar mais atentas e atentos para não utilizar a linguagem sexista e combater,

insistentemente, em todos os momentos, a utilização de expressões discriminatórias às mulheres. Podemos também, utilizar o masculino e o feminino concomitantemente, no entanto, ao utilizar esta forma deve-se cuidar para não ser muito repetitiva. Outra maneira é utilizar expressões que englobem homens e mulheres. Exemplo, utilizar

“Ao analisarmos a língua portuguesa constatamos que ela é machista. Como em outros aspectos da sociedade e da educação a linguagem é discriminatória para as mulheres, não dando visibilidade as mesmas e reforçando os preconceitos. O masculino é genérico em nossa língua”

a expressão – *humanidade*, em vez de *homens*; *alunado* em vez de *alunos*; *professorado* em vez de *professores*. Por outro lado, os profissionais de linguística precisam estudar e modificar as regras gramaticais machistas. Enfim deve-se utilizar todas as formas e meios para combater a discriminação sexista da lingua-

gem bem como expressões discriminatórias em relação a raça/etnia, classe, geração e orientação sexual.

O grande desafio está em romper as amarras e abraçar a causa da emancipação da mulher em sua especificidade de gênero e na particularidade da língua portuguesa, numa ação interligada com a luta democrática e libertária rumo ao socialismo que abre as portas à completa emancipação das mulheres.

É preciso mobilizar milhares de mulheres – principalmente operárias, camponesas, trabalhadoras em geral, estudantes, profissionais de educação, intelectuais progressistas - para que a luta possa avançar mais garantindo o que foi conquistado e ampliar cada vez mais.

A luta emancipacionista das mulheres abrange a todos, mulheres e homens e não apenas uma parcela da sociedade.

*Raquel Felau Guisoni – professora de geografia da rede municipal de São Paulo, vice-presidente da CNTE, secretária de formação do Sinpeem, membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

- Amado, Tina (2004) “ Professor ou professora” in Educar para a Igualdade – gênero e educação escolar. Coordenadoria Especial da Mulher. Prefeitura do município de São Paulo.

- Valadares, Loretta (2003) “ A visibilidade do invisível “ artigo publicado na Revista Presença da Mulher, editora Anita Garibaldi.

- Feminismo e a emancipação da mulher (2004) texto miniografado.

Loreta Valadares é exemplo de luta feminista

Raquel Felau Guisoni

Loreta Fiefer Valadares, heroína do povo brasileiro, da resistência à ditadura militar e à tortura, feminista marxista, destacou-se, também, por seu engajamento permanente na causa e na elaboração teórica da emancipação da mulher, morreu, em São Paulo, dia 24 de novembro de 2004. Cremada, suas cinzas foram espalhadas nas areias da praia de Arembepe, Bahia, conforme seu desejo.

Loreta foi, sem dúvida, uma heroína do povo brasileiro na luta contra a ditadura militar. Seu comportamento diante das brutais torturas que sofreu, juntamente com outras companheiras e companheiros, só pode ser descrito como heróico. Talvez o momento mais dramático tenha ocorrido no pátio do 12º Regimento de Infantaria, quando a noite iluminada pelos faróis de jipes estacionados em círculo, diante de uma barafunda de soldados e oficiais que, aos berros, a puseram para assistir o espancamento de Carlos, seu marido, acorrentado pelas mãos e pelos pés. Enfrentou seus torturadores com coragem.

Loreta ficou conhecida nacionalmente após a publicação do livro “As moças de Minas”, de Luiz Manfredini, que relata a participação dela e outras companheiras durante a resistência clandestina

à ditadura de 1964 e, sobretudo, durante a prisão em Belo Horizonte, em 1969. Solta em maio de 1970, transferiu-se para São Paulo. Em seguida, seguiu para Recife, lá permanecendo até meados de 1971, quando constatou ser portadora de endomiocárdio fibrose biventricular, mal que reduzia em até 40% sua capacidade cardiocirculatória. Voltou para São Paulo para se tratar. Em 1972, foi condenada a três anos de prisão e teve seus direitos políticos cassados por cinco anos.

No ano seguinte, com o agravamento da doença, partiu para o exílio. Permaneceu na Argentina até 1975, transferindo-se, depois, para a Suécia, onde com Carlos atuou nos movimentos de solidariedade às lutas dos povos latino-americanos. Com a anistia, voltou para Salvador. Membro do Comitê Estadual do PC do B desse estado, lecionou Ciência Política na Universidade Federal da Bahia, onde aposentou-se. Foi integrante do trabalho da Escola Nacional do PC do B e foi fundadora da União Brasileira de Mulheres.

Foi, ainda, uma mulher à frente de seu tempo. Uma dessas pessoas raras, preciosas, cuja trajetória de vida e militância é exemplo a ser cultivado. Pensadora marxista, desenvolveu grande capacidade intelectual, fruto de mui-



Loreta: militante pela redemocratização

tos estudos, do rigor e seriedade com que enfrentava os assuntos que buscava dominar. Nunca se afastou da luta à qual entregava todos os momentos da vida

Na luta Loreta se superou, protelando em décadas o vaticínio dos prognósticos médicos. Era de seis meses antes de ir para o exílio. Mas há as coisas da luta, e há as coisas da vida. Estas, as inevitáveis, a levaram. Levaram, entretanto, apenas sua presença física, pois estamos dispostos nós, com esta homenagem, a cumprir seu desígnio de que quando se fosse, fossemos até onde ela não foi, desbravar a face inédita do futuro sem exploração de classe e sem opressão e discriminação de gênero.

Expediente

Expediente
DIREÇÃO EXECUTIVA - 2005/2008

Juçara Maria Dutra Vieira (RS)
Presidente

Raquel Felou Guisoni (SP)
Vice-Presidente

Maria Inez Camargos (MG)
Secretária de Finanças

Roberto Franklin de Leão (SP)
Secretário Geral

Fátima Aparecida da Silva (MS)
Secretária de Relações Internacionais

Heleno Manoel G. de Araújo Filho (PE)
Secretário de Assuntos Educacionais

Mariel Fernandes de Carvalho (PR)
Secretária de Imprensa e Divulgação

Rui Oliveira (BA)
Secretário de Política Sindical

Gilmar Soares Ferreira (MT)
Secretário de Formação

Marta Vanelli (SC)
Secretária de Organização

Raimunda Núbia Lopez da Silva (SP)
Secretária de Políticas Sociais

Odisséio de Carvalho Aldred Pinto (RJ)
Secretária de Relações de Gênero

Gesa Linhares Corrêa (RJ)
Secretária de Aposentados e Assuntos
Previdenciários

Milton Caruto de Almeida (AL)
Secretário de Legislação

Rejane Silva de Oliveira (RS)
Secretária de Assuntos Jurídicos

Denilson Bento da Costa (DF)
Secretário de Projetos e Cooperação

Maria Valdeci Abreu de Paula (CE)
Secretária de Direitos Humanos

Maria Antonieta Galvão (PE)
Secretária Adjunta de Assuntos
Educacionais

Joel de Almeida Santos (SE)
Secretário Adjunto de Assuntos
Educacionais

Silvina Pereira de Souza Pires (TO)
Secretária Adjunta de Política Sindical

Neiva Inês Lazzarotto (RS)
Secretária Adjunta de Política Sindical

Conselho Fiscal

Raimunda de Souza Gomes (AM)
Sérgio Martins da Cunha (SP)
Miguel Salustiano de Lima (RN)
Maria Madalena Alexandre Alcântara (ES)
José Francisco Pinheiro (RO)

Projeto gráfico, redação e edição
Fundamento Comunicação e Marketing
SHC/AOS Lt. 05 Torre A, Sala 325/26 Terraço Shopping
CEP: 70.867-040 Brasília, DF
Tel: (51) 363-8104 / Fax: 363-0848

Jornalista responsável: Marcelo Maiolino MtB: 14.896
Reportagens: Denise Arruda e Karina Kay
Fotos: Sidney Marrieta
Editoração: Sidney Marrieta
Capa: modelo Ana Paula Alves / foto: Sidney Marrieta e Daniel Forias

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação CNTE
325-Edifício Vendício III, Sala 331
CEP: 70.303-900 Brasília, DF
Tel: (51) 225-1003 / Fax: 225-2685
www.cnte.org.br

Quando eu me for, vão até onde eu não fui

Loreta Valadares

Quando eu me for
(se eu me for)
Vão até onde eu não fui
Caminhos do ilimitado
A face inédita do futuro
Sem fronteiras
Sem inimigo

Encontrem
os meios
da liberdade
e vão
tão longe
quanto possam
Limiares de um outro mundo
Sem oprimidos
Sem classes

E quando
as novas veredas
do socialismo
forem percorridas
lembrem-se de que
fui
até o impossível freio
(Só que me faltou o tempo).